

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

ATA Nº 24

PRESIDENTE – DEPUTADO WANCLEY CARVALHO

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Autoridades presentes, senhoras e senhores, adolescentes, bom dia!

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Wancley Carvalho, com objetivo de debater a responsabilidade e desafios na promoção do direito à família.

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades: Exmº Sr. Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social, Valdiney Antônio de Arruda; representando todos os juízes e juízas que estão aqui presentes, a Drª Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto, da Comarca de Primavera do Leste; Dr. Augusto Cesar Fontes Assumpção, Presidente da Comissão de Direitos da Família da OAB; a fundadora da AMPARA e representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente da Comissão da Infância e Juventude da OAB, Srª Lindacir Rocha Bernardon; Padre Jair Fante, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO, É CANTADO O HINO NACIONAL)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) – A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa...

...S/BEL

0505au02.bel

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) - ... A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa registra e agradece as presenças das pessoas autoridades que gentilmente compareceram a esta solenidade, Dr. Fernando Kendi Ishikawa, Juiz da Comarca de Cotriguaçu; Drª Henriqueta Lima, Juíza da 1ª Vara de Mirassol d'Oeste; Drº Glauber Lingiard. Strachicini, Juiz da Comarca de Apíacas; Drª Silvia Renata Souza, Juíza da Comarca de Chapada dos Guimarães; Dr. Carlos José Rondon Luz, Juiz da Comarca de Várzea Grande; Drª Renata do Carmo Evaristo Pereira, 9ª Vara Criminal de Cuiabá; Drª. Luciane, Juíza da 2ª Vara de Via Rica; Dr. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira, Juiz da Comarca de Pontes e Lacerda; Dr. Mauricio Alexandre Ribeiro,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Juiz da Comarca de Sapezal; Dr. Leonardo de Araújo Costa Tumiaty, Juiz da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade; Dr. Aroldo José Zonta *Burgarelli*, Juiz da Comarca de Ribeirão Cascalheira; Dr. Antônio Fábio *Marquezin*, Juiz da Comarca de Paranaíta; Dr. Valter Fabricio Simioni da Silva, Juiz da Comarca de Jaciara; Dr. Marcelo Souza Melo Bento Rezende, Juiz da Comarca da 1ª Vara do Município de Comodoro; Drª Silvana Arruda, Juíza da 5ª Vara de Diamantino; Dr. Pedro Nogueira, Juiz da Comarca de Alto Taquari; Dr. Alexandre Paulichi Chiovitt, Juiz da Comarca de Santo Antônio de Leverger; Dr. Renato Filho, Juiz das Comarcas de Rio Branco e Araputanga; Drª Augusta Prutchansky. Martins. Gomes Negrão Nogueira, Juíza da Comarca de Paranatinga; Drª Leilamar Aparecida Rodrigues, Juíza da Comarca de Tangará da Serra; Dr. Walter Tomaz da Costa, Juiz da Comarca da Colíder; Dr. Carlos Ferraz, Juiz da Comarca Alta Araguaia, Dr. Ivan Lúcio Amarante, Juiz da Comarca de São Félix do Araguaia; Drª Elineia Rodrigues da Silva Fernandes, Psicóloga do Município de Jauru, Dr. Cristiano Furtado Scarpazza, Psicólogo do Município de Campo Novo; Elimar Anjos Silva Santos ...s/lcb

0505au03.lcb

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) -... Elimar Anjos Silva Santos, Assistência Social do CREAS, do Município de Guarantã do Norte; Amarili Coimbra, Coordenadora do Projeto Nossa Casa de Cuiabá; registramos também a presença dos servidores do Fórum das Comarcas de Nova Mutum, Sapezal, Tangará da Serra, Rio Branco, Itiquira, Campinópolis, Alto Araguaia, Porto dos Gaúchos, Vera, Jauru, Mirassol D'Oeste, Araputanga, São Félix do Araguaia, Peixoto de Azevedo, Nortelândia, Arenópolis, Taborã, Canarana, Paranaíta, Querência, Alto Garças, Cáceres, Rosário Oeste, Juara, Água Boa, Nova Xavantina, Aripuanã, Cotriguaçu, Chapada dos Guimarães, Nova Ubiratã, Barra do Garças, Jaciara, São José do Rio Claro, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Alto Taquari, Cuiabá, Nova Monte Verde, Comodoro, São José do Rio Claro, Poconé, Nobres, Poxoreo, Novo São Joaquim, Alta Floresta, Ribeirão Cascalheira, Marcelândia, Tapurah, Guiratinga, Apiacás, Paranaíta, Matupá. Drª Patrícia Cristiane Nogueira, Juíza da Comarca de Poxoreo; Drª Ana Paula Gomes de Freitas, Juíza da Comarca de Alta Floresta; Drª Melissa de Lima Araújo, Juíza da Comarca de Barra do Bugres.

A palavra volta com o Presidente da Mesa, Deputado Wancley Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Em tempo, quero convidar para compor a Mesa, o Dr. Luiz Otávio, Juiz Auxiliar Corregedor Geral de Justiça, e também Suzana, Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção de Mato Grosso.

Senhoras e Senhores, composta a Mesa, é um prazer recebê-los aqui na Assembleia Legislativa, é um instrumento legal que a Assembleia Legislativa tem, as Audiências Públicas, para que nós possamos debater, ligar pontos, conversar sobre os temas importantes para a nossa sociedade, importantes para o nosso Estado de Mato Grosso e um tema tão importante como esse sobre a questão da adoção e a questão da família. Nós teremos hoje aqui pessoas com condições para poder dialogar, debater e falar sobre o tema de comemoração ao dia...

...s/cms...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

0505au004.cms

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – ...sobre o tema de comemoração ao Dia Nacional da Adoção dia 25 deste mês de maio, nós temos aqui a Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio a Adoção-AMPARA.

Eu quero agradecer a mesma por ter provocado esta Audiência Pública em conjunto com o Secretário de Estado Valdinei, também com a Comissão Estadual da Adoção Mato Grosso, o Conselho Estadual de Defesa e Direto da Criança e do Adolescente; a Sala da Mulher da Assembleia Legislativa e a OAB Mato Grosso, então, nós estaremos hoje aqui debatendo sobre essa temática.

Vamos passar para uma apresentação e depois daremos continuidade a nossa Audiência Pública.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) – Sr. Presidente, nós vamos convidar para uma apresentação especial o Grupo Cantares, da Escola Estadual Ubaldo Monteiro da Silva, sob a regência do Professor Wilson Braz da Silva, para interpretar as Músicas: Todo mundo esperando por você, Tru Collors e Amor incondicional.

Ainda em tempo, Sr. Presidente, agradecemos a presença da Juíza de Campo Novo do Parecis.

(O GRUPO CANTARES PROCEDE A APRESENTAÇÃO DAS MÚSICAS ACIMA CITADAS – PALMAS.).

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) – Sr. Presidente, ainda em tempo queremos registrar e agradecer as presenças das Juízas das Comarcas de Porto Esperidião e Araputanga, Dr^a Lilian Batumazzi; também do Dr. Lenner Leopoldo da Silva Coelho, Juiz da Comarca de Feliz Natal; dos companheiros da imprensa nesta solenidade.

Com a palavra, o Presidente da mesa, Deputado Wancley Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Novamente eu quero agradecer a presença de todos e de todas nesta Audiência Pública e dizer que nesta Semana Estadual de Adoção e que no domingo que vem comemoramos o Dia das Mães, o clima familiar, realmente, fica muito sensível. Quando paramos para imaginar que crianças, adolescentes, sonham apenas em ter família, em ter um lar...

...s/dmm...

0505au05.DMM

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – ... sonham apenas em ter família, em ter um lar, em ter alguém para poder chamar de mães, realmente isso é um tema que nos sensibiliza Muito.

Então, esta Audiência Pública, desafios na promoção do direito à família visa discutir medidas que tragam celeridade à materialização do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, sobretudo aquelas que estão no perfil mais desafiante para a doção, crianças mais velhas, adolescentes, grupos de irmãos, com deficiência ou doenças crônicas.

O maior desafio é promover ações mais eficazes para que possam oportunizar a esse perfil de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Tanto é que é chamado de adoção especial.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Para falar mais sobre o assunto, chamaremos a nossa amiga, companheira, lutadora, Lindacir Rocha Bernardon, pelo tempo de quinze minutos, abordará o assunto. Ela que é fundadora e representa a Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção.

Informo que já está aberta as inscrições. Se alguém da plateia queira fazer uso da palavra, questionar, terão três minutos. O Cerimonial já está na plateia pegando as assinaturas, e nós intercalaremos a mesa de autoridades com a inscrição da plateia para garantirmos, durante a Audiência Pública, que todos possam usar de maneira efetiva essa discussão.

Com a palavra, a Sr^a Lindacir Rocha para abordar o assunto com propriedade.

A SR^a LINDACIR ROCHA BERNARDON – “Aquilo que vos digo sussurrando, não poderei dizê-lo em alta voz; senão no dia o qual, tendo-me adotado, colocareis em meu coração tanto amor e autêntica liberdade, sobre meus lábios palavras suficientes, para que eu possa dizer: papai, mamãe, eu vos escolho e adoto.

...Então saibais que o vosso amor é dom e atingiu a sua finalidade”.

Trecho do poema “Escuta-me”, de Michel Quoist.

Excelentíssimos senhores que compõem a mesa, autoridades, magistrados, servidores, colegas da AMPARA, das instituições de acolhimento...

...S/TMR

0505au06.tmr

A SR^a LINDACIR ROCHA BERNARDON –... servidores, colegas da AMPARA, das instituições de acolhimento, esse trecho reflete a luta que nós, da AMPARA, Associação de Pesquisa e Apoio à Adoção, travamos para encontrar pessoas que com seu dom consigam transformar a dor em alegria e a desesperança em esperança.

Quando uma criança ou adolescente perde o que tem de mais precioso a sua família, junto perde o sentido para a vida plena.

Eu me emociono porque sou mãe por adoção e tenho uma filha que veio da adoção especial, quando eu já não tinha esperança de ter uma família. Eu penso nessas crianças e sofro com elas, porque elas perdem de fato o sentimento para a vida plena com todos os seus direitos.

Para reconstruir ou ressignificar uma história de vida, é preciso, antes de mais nada, que sobressaia cada um de nós o dom do amor. Único sentimento capaz de colaborar com as dores que acompanham o abandono ou impossibilidade de vida em família.

A AMPARA é conhecedora dessas dores, visto que somos formados por pais e filhos por adoção e simpatizantes da causa, nós desenvolvemos vários projetos.

Através de uma parceria com o Poder Judiciário, nós fazemos hoje a preparação dos pretendentes à adoção uma exigência da Lei nº 12.010, mas que foi uma luta dos GASs, dos Grupos de Apoio à Adoção, para preparar melhor os pretendentes, evitar as devoluções. Enfim, que cada criança possa viver em família de forma mais tranquila.

A AMPARA também tem o pós-adoção, que é o acompanhamento, após o acolhimento dessas crianças e adolescentes. Esse pós-adoção é feito de forma voluntária. Nós convidamos as pessoas que acolheram crianças. E nunca se ouviu dizer que uma pessoa que tenha passado pelo pós-adoção, que tenha devolvido a criança. Esse é um trabalho que deveria ser obrigatório pelo Poder Judiciário.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

O CNJ deveria assim como fez no provimento 36 determinando as parcerias com o Poder Judiciário, na preparação dos pretendentes, deveria tornar obrigatório o pós-adoção, porque a troca de experiência, o compartilhamento entre as pessoas amenizam as dores, fortalecem e as famílias se estruturam com mais tranquilidade.

Nós fazemos também o grupo reflexivo, que é um grupo onde se reúnem mensalmente os habilitados para adoção aprofundando nos temas inerentes ao assunto.

No ano passado desenvolvemos um projeto chamado Construindo Autonomia. Um trabalho com adolescentes institucionalizados e já sem possibilidade de colocação em família substituta. Eles não podem viver eternamente nas instituições. Eles devem sair. E qual está sendo o preparo emocional para vivência na sociedade?

Nós fizemos essa experiência no ano passado, experiência pequena de quatro meses, mas penso que deve ser um trabalho constante, permanente para esses adolescentes.

Ao final do nosso trabalho dois adolescentes desses foram colocados no Buffet onde encerramos o projeto. É lógico que não durou muito tempo. Eu conversando com a Mábile ontem ela dizia: “ Ficaram só dois meses.” Mas por quê? São adolescentes que não foram devidamente preparados. É um trabalho que deve ser permanente. Graças a Deus, a SETAS, depois o Secretário há de falar, vem com propostas e com trabalhos na preparação desses adolescentes.

Nós temos uma adoção na escola que é um trabalho com alunos do 6º ao 9º Ano. Na segunda-feira, agora, nós tivemos uma solenidade no Teatro Zumira Canavarros onde trabalhamos mais de cinco mil alunos com o tema adoção com o objetivo de trazer uma nova cultura sem mitos e sem preconceitos, porque infelizmente ainda existe muito entendimento equivocado sobre o tema adoção, e outras ações. São vários, vocês podem conhecer através do nosso *site*.

E entre todas as ações, estamos com esta Audiência Pública que nós solicitamos ao Deputado Wancley Carvalho e com grande presteza foi adotada a ideia pelo Exmº Deputado e pelo Presidente desta Casa e assim estamos juntos para pensarmos, discutirmos e propormos alternativas para que todos.../bel

0505au07.bel

A SRª LINDACIR ROCHA BERNARDON –... para pensarmos, discutirmos e propormos alternativas para todos termos o direito de vivermos em família.

O grande desafio da adoção são as crianças mais velhas, são os grupos de irmãos e os portadores de algumas deficiências. E quantas ideias equivocadas colaboram para as dificuldades de inserção em famílias desta população que também clama por um lar. Nós temos no Estado de Mato Grosso setenta e seis crianças e adolescentes prontas para adoção com este perfil. O que fazer?

Ontem discutimos no auditório da OAB um dia intenção de aprendizado com a Doutora Suzana Schettine, com o Dr. Luiz Saboia, sobre o assunto e conversávamos com a Doutora Suzana compartilhando os nossos sonhos e ações para inserções em família adotiva dessas crianças e adolescentes. Nós já tivemos algumas vitórias aqui em Cuiabá.

Há três anos com a permissão da Meritíssima Juíza de Direito da Vara da Adolescência e inserimos uma visita no lar da criança com os pretendentes para a adoção que se preparam para habilitação muitas dessas pessoas em contato com as crianças mudaram o seu perfil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

E muitas adoções foram realizadas a partir desses encontros de almas, de olho no olho. O toque faz a diferença as pessoas se apaixonam.

Mas, é preciso fazer muito mais. Muitas pessoas que poderiam adotar essas crianças são desprovidas de condições financeiras para a demanda que a criança requer em virtude de seus problemas de saúde e assim abdicam do acolhimento o prejuízo fica para as crianças e para os adolescentes. Lembro de um caso, Secretário há algum tempo atrás que um casal por muito tempo apadrinhou uma criança portadora de uma síndrome complexa de neuropatia crônica eles apadrinharam por ano e queriam adotar essa criança, mas eles queriam junto uma *home care* eles não tinham condições sozinhos de cuidar dessa criança e não conseguiram, e desistiram. E para não sofrer mais desistiram inclusive do apadrinhamento. Que prejuízo, penso as vezes que poderia haver um incentivo ...s/lcb

0505au08.lcb

A SR^a LINDACIR ROCHA BERNARDON –...Penso às vezes que poderia haver um incentivo ao servidores públicos que adotassem crianças com mais de dez anos, me passa mil coisas pela cabeça, mil ideias que poderia haver a liberação ao pagamento de IPTU se for o único imóvel dos adotantes para quem faz uma adoção especial, e assim os sonhos se vão, vários. Mas sonhar apenas não resolve. Nós precisamos agir. O desejo sem ação é nada! Como diz o Dr. Sávio Bitencurt em seu livro “A revolução do afeto”.

É necessário coragem. É necessário assumirmos o amor pelo outro que não tem vez e voz e que quanto mais o tempo passa, mais dores acumulam. Podemos reconstruir? Sim. Se tivermos a atenção, se tivermos carinho e amor e junto lutarmos. Nós agradecemos a SETAS-Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social, que tem sido parceira incansável da AMPARA, e que está aqui conosco na pessoa do Secretário Valdinei; agradecemos ao Poder Judiciário que também acreditou no nosso trabalho e nos delegou a responsabilidade da preparação dos pretendentes à adoção, e está aqui o Dr. Luiz Otávio Sabóia, representando a Desembargadora Maria Erotides vários magistrados aqui presentes; agradecemos a Comissão da Infância e Juventude da OAB, que também tem estado junto; a Assembleia Legislativa, que há anos trabalha conosco cedendo espaço, realizando audiência; a Prefeitura de Cuiabá, nossa parceira também; várias empresas também, não vou citar porque são muitas; e associados voluntários e pretendentes à adoção.

Estamos aqui, Deputado, e queremos discutir, e queremos construir juntos propostas que mudem esta realidade que é tão dolorida.

Obrigada por esta oportunidade (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Dr^a Lindacir fazendo o uso da palavra. Algumas informações aqui, de acordo com os dados da CNJ, atualmente no Brasil existem mais de trinta mil pretendentes...

...s/cms...

0505au009.cms

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – ...mais de trinta mil pretendentes à adoção habilitados, casais e pessoas solteiras e quase seis mil crianças disponíveis à

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

adoção. Portanto, são quase seis famílias para cada criança e isso não reduz, porque são poucas pessoas que se interessam a se dispor para acolher essas crianças com idades mais avançadas, com alguma deficiência, com alguma doença crônica e grupo de irmãos, algo precisa ser feito para preparar e estimular essas famílias para acolher esses meninos e meninas.

De que forma? Como a nossa palestrante Lindacir nos provocou nesse sentido para que nós possamos refletir o que tem que ser feito. Ela já fez alguns encaminhamentos aqui, desde já eu coloco que, caso tenha alguma legislação estadual, que ainda não foi proposta, nós possamos construir isso, até incentivos para servidores públicos, o que puder ser de iniciativa da Assembleia Legislativa para começarmos a fazer esse trabalho e, certamente, o Governo do Estado já está fazendo o seu trabalho via Governo do Estado. Mas, nós já podemos fazer também esse trabalho que já foi proposto pela doutora.

Quero convidar, para fazer uso da palavra, o Padre Jair Fante, representando aqui a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O SR. JAIR FANTE – Bom dia, nobre Deputado e toda assembleia presente!

Crer que os direitos fundamentais de uma pessoa comportam, implicam e também contemplam, em primeira instância, já o direito a ter uma família. Aliás, o ato mesmo de existir já advém de um contexto familiar, isto é, a união entre um homem e uma mulher que são as duas colunas centrais de uma família e de um lar.

Creio também que esse direito não é uma concessão que a sociedade faz a uma pessoa, mas é um direito inerente ao próprio existir humano. Portanto, cabe a sociedade, sim, preservá-lo, protegê-lo e salvaguardá-lo e esta função do Estado acontece exatamente através de medidas, medidas políticas, medidas econômicas, medidas sociais e também medidas jurídicas.

Toda pessoa tem direito a essa base fundamental chamada família que, na verdade, é o primeiro espaço para a transmissão de princípios, para transmissão de valores...
...s/dmm...

0505au10.dmm

O SR. JAIR FANTE –...transmissão de princípios, para transmissão de valores e que depois serão agregados a vida da pessoa e se farão ver no seus *modus vivendi*, no seu jeito de agir, de viver e de se comportar em uma sociedade. Sem esses elementos, a pessoa fica vulnerável, ela fica desprovida do essencial para o seu desabrochar para a própria vida.

A Igreja Católica e todas as religiões, creio eu, tratam a família como o santuário da vida. É o local onde a pessoa nasce, cresce desabrocha e vai até o seu desfalecer natural.

Portanto, privar uma criança desse ambiente salutar, desse oásis vivencial, seria roubar dela a esperança, roubar o seu futuro. E qualquer sociedade que assim o faça, estará comprometendo o futuro dos seus filhos.

Como vemos no próprio debate de hoje, na convocação desta ação pública, nós temos muitos desafios que às vezes podem até querer comprometer esta realidade, talvez até mais do que nos tempos passado. Porém, isso não nos permite, a nossa geração atual, baixar os braços diante dessas dificuldades, assim como também de assumir o papel de responsabilidade diante dessa realidade instalada para assegurar aos nossos filhos o acesso a essa herança salutar chamada família.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Nós vimos aqui na apresentação desse magnífico coral, que quem adota está salvando o coração de uma pessoa. Não só o coração da pessoa, mas também a saúde de uma sociedade segura.

Santo Agostinho, filósofo, teólogo nos tempos de antanho, pelos terceiro século, dizia em latim: *Dilige et fac quod vis*. Isto é: ame, e faça tudo o que você quiser. Se nós damos a uma criança a segurança familiar, estaremos assegurando a ela o direito de amar e de ser amada e depois, em todas as fases da sua vida, na fase da infância, na fase da adolescência, na fase adulta e até no seu desfalecer, no depor dos seus dias...

...S/BEL

0505au11.bel

O SR. JAIR FANTE - ... na fase da adolescência, na fase adulta e até no seu desfalecer no depor dos seus dias na fase também da senilidade já avançada.

Um filosofo europeu chamado Goethe, ele dizia que toda ideia por mais bela e brilhante que seja senão levada a prática ela morre no seu nascedouro. Por isso eu faço votos, Doutora Lindacir, que estas ideias brilhantemente de modo abundante pulverizada aos nossos ouvidos sejam levadas a pratica por nós mesmos, para que não desfaleça no seu nascedouro.

Muito obrigado e parabéns. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Estarei intercalando aqui com a plateia. Quero convidar o Emerson Antônio Silva de Moraes, ex-morador do Projeto nossa Casa para num tempo de três minutos fazer a exposição ou fazer o seu questionamento.

Lembrando que as inscrições estão abertas caso a plateia queira participar.

O SR. EMERSON ANTÔNIO SILVA DE MORAES – Bom dia a todos!

Como foi mencionado o meu nome é Emerson, fui convidado através da Lindacir para participar dessa Audiência Pública, é bem breve. Eu morei no abrigo dos meus nove aos dezoito anos e por ter sido destituído da minha família eu não tive oportunidade de ser adotado. Fiquei dos nove aos dezoito, bastante tempo no abrigo e não consegui ser adotado.

E pegando um trecho do que a Lindacir estava falando aqui sobre os adolescentes jovens adolescentes que completam maior idade dentro de abrigos que não tem apoio algum, logo que eu saí do abrigo eu tive apoio ... eu participei do Projeto Padrinhos da SEJA, eu tive muitas pessoas que puderam me ajudar.

Então, isso foi que me deu forças, ... desculpas o nervosismo gente. Foi tudo isso que fez com que eu pudesse alavancar. Mas, eu penso da seguinte forma. Eu tive esse apoio eu tive essas pessoas eu faço do Projeto Padrinhos, mas tem tantas crianças e adolescentes jovens nas instituições hoje que são esquecidas que tem aquele medo de completar a maior idade dentro da instituição ...s/lcb

0505au12.lcb

O SR. EMERSON ANTÔNIO SILVA DE MORAES-...que tem aquele medo de complementar a maior idade dentro de instituição, de saber quando ele completa a maior idade, ele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

não tem aparato algum. Tanto o psicológico teria que ter um acompanhamento hoje desses adolescentes. Um projeto bacana que a AMPARA faz dentro dos abrigos, que é construir autonomias, acredito que tem ajudado bastante nessa construção de estar inserindo os adolescentes no mercado de trabalho, mas acredito eu que isso ainda seja pouco. Agradecemos o projeto que a Lindacir vem à frente, mas eu vejo hoje depois de ter passado tempo dentro de abrigos, como que os adolescentes e jovens são esquecidos naquela fase de dezessete, dezoito anos. Aonde estão? O que fazem? É um questionamento que acredito que não tenha projetos voltados para essa área.

É isso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Obrigado, Emerson, pela sua participação, testemunho, encaminhamento. Quero aqui agradecer em tempo a presença do Dr. Darvi de Souza Pontes, Juiz da Comarca de Canarana, e também o Dr. Jean Clóvis Maia Dias, Juiz da Comarca de Itiquira. Quero convidar para fazer a explanação, participação, a Suzana, Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção.

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI – Bom dia! Eu não pedi licença para falar de pé, é que eu tenho um problema neurológico, eles só funcionam em pé, sentado eu não consigo falar. Então, com sua licença.

É um prazer imensa estar aqui, eu agradeço a oportunidade, eu falo em nome da ANGAAD, que é Associação Nacional de Grupos de Associação à Adoção. É uma Associação representativa que representa cento e cinquenta grupos de apoios à adoção. Aqui em Cuiabá a nossa grande filiada, companheira e parceira militante é a AMPARA, que é uma dessas cento e cinquenta. Com isso já estou dizendo que nós temos no Brasil uma grande rede de pessoas, em sua essência são pais adotivos, eu também sou, é o que nos identifica e nos une e que trabalham pelo mesmo objetivo: garantir o direito a toda criança adolescente de viver e conviver em família. É isso que nos mobiliza. Muitas vezes se pensa erroneamente que os grupos de apoio à adoção procuram crianças...
...s/cms...

0505au013.cms

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI – ...procuram crianças para pais. Errado. É o contrário, a partir do momento que nós adotamos os nossos filhos é como se nós fossemos, é uma palavra meio pesada, mas não encontro outra, contagiados. Eu iria usar contaminados, rapidamente, encontrei o contagiados. Nós somos contagiados pela urgência de expandir essa possibilidade para outras pessoas. A partir do momento que nós adotamos os nossos filhos, nós entramos num outro paradigma, que é o paradigma do amor incondicional.

Só quem vive um projeto de adoção compreende isso, minha gente, e nós passamos a sentir a urgência de trabalhar por todas aquelas crianças, por todos os outros adolescentes assim como o Emerson que aguardam para a instituição. Então, nós não procuramos crianças para famílias, nós procuramos famílias para crianças e adolescentes que delas precisam. É isso que nos une, é isso que nos mobiliza. Então, somos uma rede grande e aproveitamos essas oportunidades.

Eu quero aqui já parabenizar a Comarca de Cuiabá pelo excelente trabalho que eu tenho visto aí desde ontem, pelos esforços que estão sendo feitos em trazer a luz a este tema. É trazendo a luz, realmente, que nós encontraremos as soluções, não há outro caminho, precisamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

trabalhar juntos, precisamos nos unir, precisamos agregar as nossas competências, somente assim nós encontraremos os caminhos.

Nós temos um paradoxo complicado, já foi colocado aqui na mesa, muitas crianças e adolescentes disponíveis para adoção, muitos pretendentes a adoção, outros milhares de crianças aguardando que seus processos sejam resolvidos, uma conta que não fecha, nem o melhor matemático consegue fechar. Por quê seis mil crianças não encontram famílias se nós temos trinta mil pretendentes? Porque os desejos não coincidem.

Então, como é que nós vamos fazer? Nós temos que trabalhar em conjunto, precisamos criar possibilidades, oportunidades, os GAAs estão aí para contribuir, nós temos trabalhado muito ao longo dos últimos vinte anos. Primeiramente, tentando trazer a adoção para o discurso diário, antigamente a adoção era no clandestino, ninguém falava em adoção, ser adotada era uma coisa horrível, não se falava, era boca pequena, meu filho é adotivo. Hoje, não. É um paradigma vencido.

Hoje, nós compreendemos, nós divulgamos e gostamos de falar isso com todas as letras, adoção precisa ser o fundamento de todas as famílias, não existe nem natural, nem adotiva se ela não for fundamentada no amor, não tem família. O direito moderno hoje reconhece isso, família são aquelas pessoas ligadas pelos vínculos afetivos. Vínculo afetivo é o quê? É o afeto ao amor...
...s/dmm...

0505au14.dmm

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI –... Vínculo afetivo é o quê? É o afeto ao amor! Então, se não há vínculo afetivo não há família. Se o vínculo afetivo junta todas as famílias, todas precisam ser adotivas. Então, ser família adotiva é um elogio. É apenas a constatação que família somos.

Aliás, aproveitando que nós temos um Padre na nossa mesa, eu queria lembrar que a adoção nós temos aí um personagem bíblico, eu acho que o mais famoso fim adotivo de todo o universo, às vezes não nos damos conta disso. A adoção nos é ensinada bíblicamente, não é Jesus, filho adotivo? Não foi José que nos ensina essa adoção, esse amor incondicional? Então, a adoção está em todos os contextos, ela precisa estar em todos os contextos.

Eu escrevi algumas coisas, já atrepelei tudo, já modifiquei tudo e é assim mesmo, militante pela adoção, nós olhamos a plateia e achamos que tem que modificar o discurso.

Dizendo isso eu já digo que toda criança, quando eu digo que toda criança tem direito à família, o que é que eu estou dizendo? Toda família tem direito a uma adoção. Não é assim? Então, se ela está lá na instituição aguardando, muitas vezes nós perdemos tempo procurando, família extensa, achando que os laços de sangue são muito importantes. Os laços de sangue são apenas laços de sangue, minha gente. O que configura realmente as uniões, a filiação são os laços afetivos. Então, muitas vezes nós perdemos tempo, as crianças lá aguardando. Às vezes os magistrados, eu vou usar essa palavra, me desculpe, mas eu acho que às vezes eles têm medo de destituir a criança, de colocá-la no Cadastro Nacional de Adoção a esperança que surja algum parente, ontem eu falei Piauí e eu vou citar outro Estado hoje, para não parecer discriminatório, alguma pessoa lá no Acre que tenha algum parentesco biológico com a criança. Uma família que nunca teve contato, que não tem laços de afinidade e em de afetividade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Minha gente, se em dois anos, que é o que a lei diz que é o tempo que a família biológica tem para se organizar, para receber de volta a sua criança, se em dois anos ela não conseguiu isso, nós precisamos encaminhar essa criança para a adoção.

A pobreza nunca foi motivo para que pais não pudessem ficar com os seus filhos. Eu conheço inúmeras famílias pobres que são excelentes pais. A minha era uma delas. Não vem ao caso, mas lembrei agora. Então, pais que são pais, eles lutam pelos seus filhos. Agora, pessoas geram crianças. Concordam? É o amor que gera filhos. Nem todas as pessoas que geram podem ser pais. Isso é claro para mim. Não foi dito aqui, mas eu sou psicóloga...

...S/BEL

0505au15.bel

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI – ... não foi dito aqui, mas eu sou psicóloga de crianças e adolescentes. O meu consultório minha gente está assim de crianças, não estou falando de crianças em situação de risco, estou falando de crianças que tem todos os brinquedos do mundo, todas as tecnologias do mundo, as melhores roupas, as melhores escolares, tem babas, motoristas, professor, etc, etc e psicóloga meu caso. Crianças que são terceirizadas, por genitores que não conseguem ser o pais, que não tem tempo para ser pais, vejam.

Então, geral criança não significa ser mesmos pais temos que ter isso em mente.

Penso que uma forma de nós resolvermos essa situação é nós termos em mente, sim toda criança precisa de uma família, é o ambiente indispensável para o desenvolvimento sadio. E isso é tão importante que até aos seis três anos de idade vejam só a criança inaugura, desenvolve a base da estrutura psicológica dela. Imagina ela numa instituição por melhor que seja essa instituição nós temos instituições boas tão tudo que é necessário do ponto de vista material.

Mas, não é possível que dentro da instituição haja aquele olhar individualizado, aquele carinho especial, aquele aconchego, aquele abraço na noite quando tem um sonho ruim. A instituição é instituição as pessoas mudam constantemente onde há cuidadores, onde não há um pai uma mãe. Toda criança tem um filho, toda criança precisa ter resgatado seus direitos a ser chamado de filho a ser chamado de pai.

Então, nós temos que entender que lugar que criança não é na instituição. Instituição tem que ser transitória, nós temos que trabalhar, temos que lutar para que os prazos na lei sejam cumpridos. Se aqueles prazos que já estão na lei forem cumpridos nós teremos andando um grande trajeto. Nós temos uma tendência sempre de reclamar, não! Porque a lei é sempre ruim, temos que modificar isso, tem que modificar aquilo. Nós não precisamos de mais dispositivos legais, nós não precisamos de outras leis, nós precisamos de atitudes, de pessoas vocacionadas, nós precisamos entender que a criança precisa ser realmente prioridade absoluta.

Ontem nós até questionávamos prioridade absoluta, existe prioridade que não é absoluta, mas está escrito no ECA, a criança tem que ser prioridade absoluta, precisamos ver o melhor interesse da criança a ANGAAD trabalha pelo maior interesse da criança.

Nós não defendemos trabalhando pais adotivos, nós trabalhamos defendendo o melhor interesse da criança. Crianças não são e objetos e propriedade de genitores que não tem interesses em se tornarem pais. Vejam, dois anos são muitos minha gente na vida de uma criança, uma criança com quatro anos ...s/lcb.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

0505au016.lcb

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI –...dois anos são muitos, minha gente, na vida de uma criança. Uma criança com quatro anos, dois anos é a metade da vida dela.

Então, caminhos a serem traçados. A criança precisa ser prioridade máxima, e o que deve balizar as nossas decisões é o melhor interesse da criança.

A família biológica não pode ficar com ela, a família natural não pode ficar com ela, ela precisa ir para uma família adotiva. Eu não usei família substituta, notaram? Nós odiamos o termo família substituta. Como assim família substituta, se a criança nunca teve família? Ela teve inserida num contexto lá que era tudo menos uma família. Agora, na adoção, ela vai ter sua primeira família. Não é uma família substituta. É a primeira família que ela vai ter. Então, ela precisa ir para uma família adotiva. A ANGAD está trabalhando para tirar esse termo substituta, está certo? Que nos incomoda. Parece que quarenta e sete vezes que fala a palavra substituta dentro do ECA. Então, esse substituto parece que significa menos segunda categoria. Quando a adoção é a única opção de nós sermos famílias. Está certo?

Nos caminhos que eu gostaria de sugerir: O primeiro eu já disse: criança precisa ser prioridade máxima sempre. O melhor interesse da criança tem que estar na mesa sempre. Ah! Mas aqueles pais agora passou quatro anos e se recuperaram. Quatro anos é muito! A criança não pode pagar o “pato” porque pessoas adultas não fizeram o seu papel. Sinto muito! Temos que pensar na criança. Temos que pensar na criança sempre.

Segunda questão: precisamos pensar em conjunto como nós podemos viabilizar um maior número de adoções. Muitas coisas vocês têm feito aqui, vocês têm uma parceria fenomenal com a AMPARA que tem projetos maravilhosos. Pasmem! Em alguns locais dos grupos de apoio à adoção não são reconhecidos. Os trabalhos não são reconhecidos. Não são aceitos nas varas para auxiliar no preparo de pretendentes. Quando o preparo de pretendentes é a chave para nós conseguirmos mudanças nos perfis, nós não podemos convencer ninguém a mudar o seu perfil. Não existe nada de errado quando uma família, um casal quer ter um filho, na condição dele nunca ter tido um filho, ele quer um bebê, ele quer uma criança pequena para passar pelos passos todo do desenvolvimento. Mas veja: Como é que nós vamos mudar o perfil que é o que nos atrapalha hoje, que nós temos trinta mil candidatos...

...s/cms...

0505au017.cms

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI – ...atrapalha hoje, que nós temos trinta mil candidatos, 80% querem crianças de zero a três anos.

Vejam, os grupos de apoio à adoção são espaços gestacionais, é assim que eu gosto de defini-los. Onde esses índices acontecem e como isso acontece? Naturalmente. E tem que acontecer de dentro para fora, não de fora para dentro.

Os cursos de preparo a adoção que estão na legislação, que precisam ser cumpridos para que os pretendentes sejam habilitados, não são o bastante para preparar os casais para provocar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

esses vínculos. A frequência aos grupos na convivência com outras famílias adotivas vindo na prática o que acontece, as experiências, as possibilidades, eles vão mudando essas possibilidades, é fantástico nós vemos isso. Nós perguntamos quando os casais chegam, ou as pessoas, nós falamos casais, mas nós temos inúmeras pessoas solteiras que também adotam. Nós perguntamos: qual é o seu perfil de zero a três anos? Nunca, jamais eu digo, olha, adote uma de sete, não posso fazer isso. Uns três ou quatro meses depois nós perguntamos quando essa família frequentou o grupo de apoio a adoção, nós não perguntamos, novamente eles vêm a nós, “Suzana, esta semana eu fui na vara, mudei o meu perfil”. E, eu pergunto: por que você fez isso? “Não, porque eu estou frequentando as reuniões, eu vi outras experiências com outros pais e eu vi que é possível, eu queria um acriança de três anos, por que eu não posso ter uma de cinco ou de seis? Não tem muita diferença.” Eles vão se autoconvencendo dessa decisão que vem de dentro para fora.

Então, é imprescindível, *sine qua non*, não tem outro jeito de nós compreendermos a importância dos grupos de apoio à adoção nesse processo. Aqui em Mato Grosso só temos unzinho! Um grupo só, que é o AMPARA, que não dá conta do Estado todo. Não é? Já é para parar, eu vou parar.

Em Pernambuco há muito tempo era um só. Então, nós precisamos trabalhar para que nós tenhamos mais grupos de apoio a adoção, para que essa rede fortaleça e nós possamos trabalhar mais intensamente essas questões.

Então, crianças maiores que são adotadas é um processo complexo, não é fácil, não, gente. Aliás, não é que é uma questão de fácil ou difícil, é trabalhoso. Exige uma atenção especial, exige muito preparo antes e muito preparo posterior conforme a Lindacir já falou, os grupos podem ajudar. Então, nós precisamos de mais grupos, um é muito pouco.

Como é que nós vamos ter mais grupos? O Judiciário pode ajudar dar a tacada inicial, nós todos fazemos trabalho voluntário, não há verba para isso, eu acho que a Assembleia Legislativa poderia ajudar também de alguma forma oferecendo a estrutura necessária, nós temos vocações para isso, a AMPARA pode capacitar novas GAAs, nós estamos fazendo isso lá em Pernambuco. Por quinze anos nós tivemos só um, agora temos quatro, andamos bastante...
...s/dmm...

0505au18.dmm

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI –... agora temos quatro, andamos bastante.

Então, é preciso andar bastante aqui também. Uma interiorização do trabalho dos GAAs é um caminho que eu gostaria de sugerir. Está certo?

Em relação aos adolescentes, precisamos de projetos, esse é um tema que muito nos preocupa e vai estar em uma mesa de discussão do ENAPA, ENAPA é o nosso Encontro Nacional de Apoio à Adoção, onde nós reunimos todos os atores sociais que se envolvem com o Instituto da Adoção.

Eu já deixo o meu convite a todos e à Mesa a participarem desse evento, onde essas ideias surgem. Então, nós teremos lá um palestrante do Texas que veio voluntariamente nos trazer uma experiência que ele desenvolve no Texas sobre o serviço de apoio a adolescentes. Eles precisam, sim, como o Émerson bem disse, de um preparo antes para sair e de um acompanhamento depois. Não há projetos. Vamos fazer um projeto, vamos juntar a Secretaria da Saúde, todas as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

instituições, Conselho Estadual, enfim, todos os integrantes do sistema de garantia de direitos e pensar em um projeto para apoio a esses jovens.

Eu queria extrapolar o meu tempo em um minutinho para falar sobre o meu sonho, a Lindacir falou, em relação às crianças especiais. Eu não disse, então eu tenho que dizer, eu sou mãe de um menino especial. É um adolescente, tem dezessete anos e nós passamos com ele toda essa trajetória de adoção especial.

Quando eu adotei o meu filho, foi no Rio Grande do Sul, treze famílias já haviam sido contatadas para a sua adoção. As treze famílias disseram não. Será que eram famílias ruins? Não. Não eram famílias ruins, eram famílias que entenderam que aquela tarefa era superior aos limites. Nós temos também, na adoção, que entender os nossos limites.

Eu adotei Matheus, Matheus é meu filhó, que é esse que eu estou falando para vocês. Por quê? Porque na época eu tinha maturidade, eu tinha recursos materiais, psicológicos para recebê-lo na minha família. Foi o maior presente que eu recebi em toda a minha vida, mas porque eu pude fazer, não sou melhor e nem a mais bondosa, não fiz isso para subir no céu, é uma outra história. Mas vejam: para que nós posamos fazer com mais crianças especiais tenham direto a sua família e são elas que mais precisam, o que é que impede? Nós temos vocação adotiva.

A Lidacir falou de um caso aqui que infelizmente não deu certo, havia uma família que queria adotar uma criança especial e não pode por falta de recursos. Isso é o que sempre acontece.

Então, em relação às crianças especiais e todas as crianças que têm necessidades especiais, o meu grande sonho eu chamo de passaporte saúde...

...S/BEL

0505au19.bel

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI – ... o meu grande sonho eu chamo de passaporte saúde. O meu sonho é passaporte saúde, no meu sonho eu penso que poderiam se fazer, eu não sei se a palavra é convênio, parceria ou sei lá, mas, eu penso de planos de saúde poderiam adotar a saúde das crianças de instituições no meu sonho que eu não sei se é possível ou não as pessoas da área aqui podem tentar viabilizar esse sonho, no meu sonho eu penso que toda e qualquer criança que saísse da instituição e que fosse especial e precisasse de atendimentos diferenciados ela deveria sair com este passaporte saúde. Que daria a família certeza, garantia de que a criança teria todos os atendimentos necessários.

Eu sou um pouco avessa a dar dinheiro, eu fico realmente um pouquinho preocupada se o dinheiro realmente vai voltar para a criança. Mas, o passaporte saúde que é feito no nome da criança com a garantia que tivesse todos os atendimentos tenho certeza que nós conseguiríamos vocações para a adotar crianças especiais.

No meu sonho ainda, penso que as despesas que os planos de saúde teriam poderiam ser abatidas no Imposto de Renda, ta certo, seria doação. Então, os contabilistas de plantão, advogados de plantão pensem vamos encontrar uma forma de transformar esse sonho em realidade.

Então, são essas contribuições que eu deixo para vocês coloca ANGAAD, disposição, me coloco a disposição a qualquer momento do dia ou da noite para pensar junto, para sonhar junto para nós encontrarmos solução para essa solução esse panorama que tanto nos instiga.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

E para finalizar já extrapolando não quero deixar de ler o que eu li ontem que para mim definem toda essa situação. “Muitas coisas de que nós precisamos podem esperar, a criança não pode. Exatamente agora é o tempo em que os seus ossos estão sendo formados, seu sangue está sendo feito e seus sentidos estão sendo desenvolvidos. Para ela não podemos responder amanhã. Seu nome é hoje”

Quem disse isso é Gabriela Mistral, poetisa chilena, ganhadora do Prêmio Nobel de literatura de 1985.

Obrigado, desculpas se eu passei o tempo. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Agradeço a Dr^a Suzana, e convido para fazer uso da palavra o Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social Valdiney Antônio de Arruda.

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA – Bom dia! Eu vou cumprimentar aqui o Deputado Wancley Carvalho e a oportunidade e parabenizá-lo pela iniciativa da Audiência Pública, Dr. Luiz Otávio Saboia, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça ...s/lcb

0505au20.lcb

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA –...Dr. Luiz Otávio Saboia, Juiz Auxiliar da Coordenadoria Geral de Justiça; Dr. Augusto César Fontes, Presidente da Comissão de Direitos da Família da OAB; Suzana, Presidente da Associação Nacional do Grupo de Apoio e Adoção; Lindacir, Fundadora da AMPARA e representante do Conselho Estadual de Criança e Adolescente e da Comissão da Infância e da Juventude da OAB; e o Padre Jair Fante, representando a Conferência Nacional da Justiça do Brasil.

Primeiro, eu quero dizer a todos e a todas que estão aqui presentes, que eu vim como Secretário para mais ouvir, assimilar mais ainda a troca de informações e conhecimentos, e dessa forma poder levar algumas ações de implementações no dia-a-dia da parte do executivo e da minha Secretaria. Mas eu preciso falar alguns pontos que eu acho importante na concepção de políticas públicas e no que se refere à concepção de ação de Estado e de Governo.

Primeiro, eu também sou de família que tem irmão adotivo, meu irmão mais novo, caçula foi uma adoção dos meus pais, e depois em seguida mais uma adoção de um outro irmão, Eduardo, que era mais... já foi pego acho que com doze anos, tinha sete quando ele apareceu na família. E uma reflexão que eu faço quando eu fui para a Secretaria, justamente nesse ponto da rapidez com que eles foram adotados pelos meus pais, acho que se fosse hoje eles estariam discutindo na justiça, essa adoção, eu não seria nos anos de hoje. É uma situação que me intriga ainda entender certas peculiaridades da demora e da lentidão que por vezes isso ainda ocorre no dia-a-dia. Mas isso faz parte do processo político no processo de construção, mas precisa ser enfrentado.

Do ponto de partida, eu preciso dizer que me chocou muito quando assumi a Secretaria regional, a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, a temática de adolescência e da adoção. Fizemos várias discussões com a Lindacir, no ano passado, e por conta desse aprendizado, em especial com a temática, nós elencamos algumas prioridades que passam a configurar com práticas da nossa Secretaria. A primeira é justamente dialogar com essa inclusão sócio produtiva desse público e da família que lida com esse público. Nós sentimos dificuldades de ter um mecanismo que proporcionasse não só...

...s/cms...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

0505au021.cms

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA -...que proporcionasse não só a família que tem crianças, que por algum motivo tem crianças, ou permitiu que essas crianças ficassem no acolhimento e essas crianças no acolhimento como é que elas poderiam ser empoderadas no momento que completasse a maioridade, uma inclusão sócio produtivo, é que o Emprega Rede criado por nós no ano passado, deu vocação e preferência para esse público.

No ano passado nós trabalhamos fortemente modelagem, no atendimento psicossocial para essas crianças e esses adolescentes, muitos deles estão fazendo parte de um acolhimento psicossocial e agora encaminhamento para uma forma da modelagem de aprendizagem em Cuiabá.

Para vocês ter um exemplo, amanhã, nós estamos trabalhando a continuidade desse Emprega Rede como um trabalho de um seminário junto aos empresários, porque o nosso perfil é conseguir incluir não só os adolescentes que estão em medida sócioeducativa, que é a nossa preferência, a nossa expertise, mas também adolescentes que estão já com idade para fazer o processo de transição escola/trabalho, que é a modelagem que nós estamos discutindo hoje, que permite entender e identificar essa passagem importante, transição escola/trabalho que não se tem no Brasil, não se tinha e não se tem aqui no Estado de Mato Grosso. Isso é um processo. Nós temos algumas expertises, trabalhamos agora...

Eu acho que é importante, Deputado Wancley Carvalho, nós levarmos esse diálogo sobre um aspecto que toca o Governo, toca aqueles que militam no Governo, aqueles que têm capacidade de idealizar leis e implementar, que é o custo social. Na semana passada o Dr. Túlio me chamou para uma audiência para discutir o caso de uma menor, de uma adolescente, na verdade, de 15 anos que já está com um bebe, com uma vulnerabilidade alta.

E a discussão que fazemos é justamente qual é o custo social do Estado não acolher essa adolescente. O que será dessa criança, já que ela também está abandonada? Esse é um exercício que nós temos que fazer com precisão. É preciso dizer que os últimos estudos dentro dos presídios, dentro do sócioeducativo do Programa de Inclusão Sócioprodutivo que fizemos com duzentos e cinquenta adolescentes da medida sócioeducativa, pela modalidade de aprendizagem num programa reconhecido pela OIT, chamado Me Encontrei à época, mostrou claramente...
...s/dmm...

0505au22.DMM

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA -... chamado “Me Encontrei”, à época, mostrou claramente que esses adolescentes são filhos de mães solteiras, que estão em medida socioeducativa ou criados por avós, que por algum motivo foram levados por não apoio ações institucionais pelo Estado, foram levados a se envolver em criminalidade. Então, nós temos o retrato, sabemos de onde vem, quem são e como levam esses adolescentes a se envolverem na criminalidade que hoje provoca tanto a indignação de vários atores, em especial a mídia, onde sempre nos coloca a visão errada de que esses adolescentes estão cometendo crime porque não

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

podem trabalhar, e o aspecto desses estudos demonstram justamente ao contrário, eles foram para a criminalidade porque precisaram ir para o trabalho precoce cedo.

Essa é uma questão do custo social que enfrentamos, se falou em prioridade absoluta, se falou em prioridade de recursos aqui e é preciso fazer essa contabilidade. Se investindo diminui muito o custo social futuro que nós vamos ter e que nós estamos passando hoje. Isso é importante frisar.

Em virtude desse conhecimento, nós iniciamos as ações que hoje começam a se implementar. A Campanha Estadual da Adoção que nós fazemos parte, é fruto desse diálogo do ano passado, mas nós temos alguns pontos que nós queremos alcançar. Primeiro, nós estamos trazendo o NECA agora, a partir de junho e julho, para vários seminários no Estado inteiro, que vocês deverão receber convites, nós queremos aprimorar a discussão, principalmente da política da infância. Nós implementamos muito pouco no Brasil, mas nós queremos trazer, eu iria participar de um trabalho internacional promovido junto com a Universidade de Harvard sobre política de primeira infância, mas nós trouxemos um especialista na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente para iniciar essa temática no Estado de Mato Grosso e agora no Seminário do NECA nós queremos aprofundar esse diálogo e essa modelagem como estado de implementação e de melhorias.

Nós trouxemos agora, em junho ou julho nós queremos lançar o Movimento Bem Acolher. Nós participamos, ano passado, desse seminário internacional, promovido pelo NECA, e agora nós estamos trazendo para Mato Grosso uma especialidade de entender que a melhoria do acolhimento, a melhoria do trato...

...S/BEL

0505au23.bel

O SR. VALDINEY ANTÔNIO ARRUDA - ... trazendo para Mato Grosso uma especialidade de entender que a melhoria do acolhimento, a melhoria do trato com a primeira infância, a melhoria do processo de incorporação da política da prioridade absoluta falada aqui ela tem que haver uma provocação sistematizada dentro do Estado e dentro dos municípios.

Por isso será lançado um *site* será lançada uma proposta sistematizada metodológica para conseguir promover, provocar sensibilizar os atores nos municípios para que eles entendam esse papel do que é prioridade absoluta sob a temática da adoção, sob a temática do acolhimento por isso é um movimento bem acolhido.

Terá um *site*, o *site* já está construído as informações consubstanciado nessa temática especificamente e terá um diferenciado para nós importante, quando eu fui atrás dos números para saber quantas crianças e adolescentes nós temos para adoção esses números não bateram, não há consenso. O Tribunal de Justiça não bate com a nossa de Política de Assistência Social, por isso nós estamos desenvolvendo e vamos lançar junto a esse movimento a esse *site* esse trabalho essa proposta pela política de assistência social nós cadastramos e termos um diagnostico mais certo sobre quem são, quantos são e onde estão essas crianças e esses adolescentes.

E pensando também na modelagem de acolhimento num processo de acolhimento integral no Estado de Mato Grosso nós na reforma administrativa criamos a Superintendência de Acolhimento dentro da Secretaria de Assistência Social.

A Superintendência de Acolhimento ela tem a expertise de melhorar, aprofundar a temática da criança, adolescente a verdade, mas ela não vai só lidar com o acolhimento infanto-juvenil. Ela vai trabalhar com o acolhimento de jovens e principalmente acolhimento de idosos que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

não trato dos idosos, da criança e do adolescente nós não avançamos em quase nada no que diz idosos no Brasil e no Estado de Mato Grosso. E essa Superintendência está bem apoderada agora porque todos os servidores que hoje estão no lar da criança estão diretamente ligada a essa Superintendência de Acolhimento e o papel dela é de instrumentalizar, apresentar todas as ações que visam a melhoria desse processo.

E a temática não pode ser direcionada apenas sobre a ótica da adoção é verdade, porque a adoção ela é a parte principal ...s/lcb

0505au24.lcb

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA –...Porque a adoção, ela é a parte principal de quando uma criança necessita de uma família. Mas ela pode ser antes disso a melhoria do sistema do acolhimento do Estado de Mato Grosso. E a nossa defesa é que nós nem tenhamos mais abrigos ou casas lares quando necessário uma criança e adolescente serem acolhidas. Nós queremos que tenhamos família acolhedora. Por isso o bem acolher vai trabalhar fortemente nessa construção. E aí é importante essas Casas de Leis, porque nós precisamos instrumentalizar por lei a família acolhedora no Estado de Mato Grosso.

Nós não podemos permitir que casas lares, que ainda muito delas são abrigos, fiquem com crianças adolescentes por tanto tempo. E se por algum motivo, não sei, não sou especialista na temática, o sistema não ter permitido que as trinta mil pretendentes consigam acolher essas mil que estão para acolhimento, que elas fiquem na família acolhedora enquanto aguardam essa adoção. Esse é o nosso desejo, esse é o que nós elencamos com prioridade para trabalhar na política de adoção, não esqueçamos nunca desse conceito de prioridade absoluta: significa afirmar que nós temos que ter sistemas, temos que ter mecanismo que consiga fazer com que isso seja efetivado. Por isso essas ações dentro da nossa pasta, e queremos que isso possa cada vez mais ser propulsor de diminuir essas desigualdades que nós encontramos quando chegamos na secretaria sabendo claramente que não será um trabalho fácil. Até discussões internas nossas, estamos falando entre Pares, há uma discrepância enorme de posicionamento, isso também é real, isso tem que ser enfrentado. Por exemplo, uma questão que para nós é clara. Nós não admitimos da Secretaria de Trabalho, eu como Secretário, nós não admitimos que crianças neuropatas sejam tratadas como doentes. Nós não admitimos que se criem segmentação onde proposta do lar da criança, que essas crianças neuropatas autistas, neuropatas em especial vão para um leito de hospital porque é da saúde. E nós não admitimos que eles não fiquem em casas lares em conjunto com outras crianças adolescentes que são mais normais, do ponto de vista física e saúde do que eles.

Isso é um ponto que eu quero deixar claro para aqueles que acham que aquelas crianças e adolescentes...

...s/cms...

0505au025.cms

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA -...para aqueles que acham que aquelas crianças e adolescentes na discussão do Lar da Criança vão para regionalização e municipalização e aqueles que não irão conseguir ser adotadas, que são os neuropatas, então, que vão para um ambiente da saúde porque para que lida no dia a dia nas questões de igualdade, nós sabe

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

mos que elas têm o mesmo direito de conviver com todos de forma igual. É uma discussão que é premente, que nós passamos aqui a realizar com a Justiça e com a promotoria em especial.

Eu espero que nós consigamos, nós temos um compromisso de regionalização do sistema de acolhimento no Estado de Mato Grosso, de trabalhar municípios próximos que têm dificuldades inúmeras de implantar casas lares. O Estado apoiar um município para atender a regionalização de quatro municípios ao redor, como é o caso da Baixada Cuiabana, são quatro regionalizações que nós queremos implantar, mas nós temos certeza que essa regionalização precisa ser estendida para todo Estado de Mato Grosso e nossas forças serão nessa linha e nesse sentido.

Nós estamos abertos ao diálogo para realizar essas ações, a Superintendência de Acolhimento está sendo empoderada para isso e queremos que, neste ano, com a vinda do NECA, com a vinda da especialidade da PUC, para implantar e discutir a política da primeira infância.

Essa proximidade com o Tribunal de Justiça, com a Promotoria possa dar efetividade com as Casas de Leis, possa dar efetividade o quanto antes, Deputado Wancley Carvalho, porque a necessidade urge e a realidade que nós vivemos no dia a dia carece que a prioridade absoluta se torne realmente efetiva, se torne na prática. É o nosso desejo, é o que estamos trabalhando e agradeço imensamente o convite, a participação e a cooperação dessas instituições que estão promovendo este mês a Campanha Estadual da Adoção.

Hoje segue a programação o Tribunal de Justiça tem um importante evento na parte da tarde; temos o Vem Pra Arena – Adoçarte, que faz parte da campanha; e a caminhada também que ainda está prevista para a realização das atividades do mês de maio.

Convido a todos, assim que receber o convite para colaborarem e participarem conosco das atividades do NECA que ocorrerão durante o ano; também colaborem e participem do Movimento Bem Acolher, que preparamos no ano passado inteiro, estamos terminando e finalizando este ano e colocaremos em operacionalização a partir de julho deste ano. Muito obrigado (PALMAS).

...s/dmm...

0505au26.DMM

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA -... julho deste ano.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Muito obrigado, Secretário.

Convido para fazer uso da palavra, a Sr^a Márcia Rocha, representante da Rede de Proteção à Pessoa em Situação de Violência, da Secretaria Municipal da Saúde de Cuiabá, por três minutos para fazer a sua pergunta, a sua explanação.

A SR^a MÁRCIA ROCHA – Bom dia a todos, em especial os organizadores deste evento.

Eu também sou fruto de adoção, sou filha do coração o qual eu me orgulho muito da família que me acolheu.

Hoje, eu faço parte da Rede de Proteção à Pessoa em Situação de Violência.

É sabido que muitas crianças vivem em situação de violência tanto dentro do lar como também fora, em situação de rua ou na rua. São situações diferentes.

Nós gostaríamos de saber como que a casa AMPARO, como que esse grupo está fazendo para acolher essas crianças que estão em estado de vulnerabilidade. Até porque nós também

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

queremos fazer parte dessa rede, inserir no nosso fluxograma para poder contribuir com formação dessas crianças.

A SR^a LINDACIR ROCHA BERNARDON – Eu gostaria de esclarecer que a AMPARA, Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção, é uma Associação sem fins lucrativos que trabalha na proteção da criança, na preparação dos pretendentes em parceria com as instituições, mas nós não acolhemos, nós somos uma Instituição que acolhe criança. Hoje, estamos funcionando dentro da Vara da Infância e Juventude em virtude da parceria com o Poder Judiciário e desenvolvemos esses projetos todos. Nós temos quatro servidores efetivos cedidos pelo Estado em uma parceria com SETAS e com a Prefeitura e somos em mais de cinquanta voluntários trabalhando.

A senhora é bem-vinda e nós precisamos unir toda a rede, sim, nesses projetos e nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Eu quero agradecer a presença da Dr^a Suelen Barizon, Juíza da Comarca de Itaúba; Dr^a Sabrina, Andrade Galdino Rodrigues, Juíza da Comarca de Alto Garças e Dr. Adauto dos Santos Reis, Juiz da Comarca de Marcelândia.

Convido para fazer uso da palavra, colocar aqui o seu posicionamento, o Dr. Luiz Octávio Oliveira Sabóia Ribeiro, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO – Bom dia a todos...
...S/BEL

0505au27.bel

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO –... Bom dia a todos! Bom dia Deputado Wancley Carvalho, anfitrião dessa importante Audiência Pública nesta manhã de hoje, ao Secretário Valdiney Antônio Arruda, Secretário de Trabalho e Assistência Social parceiro de primeira hora da Corregedoria Geral da Justiça sempre se colocando ombro a ombro com o Poder Judiciário nas importantes causas envolvendo a infância e a juventude. Seja a adoção, seja abuso e exploração da criança e do adolescente seja combate ao trabalho infantil.

Bom dia ao Dr. Augusto Cesar Fontes, Presidente da Comissão da OAB, Dr^a Suzana, referencia a nós em termos de adoção, Presidente da Associação Nacional dos Grupos de Apoio de Adoção, bom dia Lindacir Rocha, amiga fundadora da AMPARA, representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e membro da Comissão da Infância e Juventude e do Adolescente da OAB , pessoa que se dedica se o dia tivesse vinte e cinco horas ela se dedicaria vinte e sete pela causa da adoção.

E bom dia ao Padre Jair Fante, membro da Conferencia Nacional de Bispos do Brasil, gostaria aqui de prestar uma homenagem a todos os magistrados e magistradas que se fazem presente nesta Audiência Pública, assistentes sociais, conselheiros tutelares, psicólogos, interessados e sociedade em geral.

A Audiência Pública ela se mostra um instrumento eficaz quando se pretende discutir questões perpassam pela necessidade de construção de políticas públicas. Nesse sentido o mês de maio e isso nós já dissemos de modo reiterado é um mês que ele é interessante, porque ele começa lembrando-se do amor que é o dia das mães, segundo domingo de maio, ele passa por um fato que não é agradável que é o dia dezoito de maio, que é o dia de combate e exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes e nós chegamos no dia vinte e dois de maio é que o dia nacional da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

adoção, vinte e cinco, desculpa. E em razão de todas essas datas é óbvio que o mês de maio ele é preenchido de algumas ações seja do Poder Judiciário, seja do Executivo, seja do Legislativo onde se busca sempre primeiro se conscientizar a população de um modo geral acerca desses temas, segundo discutir novas ações e novas propostas para a melhoria e a potencialização dos resultados já alcançados. E é também um período onde se faz uma alta crítica, a crítica por si só óbvia que ela não é desejável ...s/lcb

0505au28.lcb

O SR. LUIZ OTÁVIO SABOIA -...a crítica por si só é óbvia que ela não é desejável, mas aquela auto crítica, crítica consciente e construtiva é sempre interessante. Normalmente nós somos muito bons em ver os erros dos outros e as nossas virtudes, mas nós temos uma dificuldade muito grande de enxergar os nossos erros, os nossos pecados e as virtudes dos demais.

Quando nós falamos sobre infância e juventude, sobre a adoção, sobre abuso e exploração sexual ou sobre qualquer tema, qualquer temática envolvendo a infância e juventude, eu parto do pressuposto de que nós devemos ter a compreensão de que todos nós somos incapazes de sozinhos e isoladamente solucionarmos os problemas que nos afligem. Todos nós somos incapazes de dar soluções únicas para todas as questões que nos permeiam. Portanto, precisamos sim sempre agir em rede, precisamos sim sempre agir em parceria, precisamos sim compreender que somos incompletos e que necessitamos uns dos outros para verdadeiramente nos apoiar e poder caminhar nessas temáticas envolvendo criança e adolescente.

A Audiência Pública, de hoje, ela tem como principal chamado os desafios e responsabilidades. Eu gosto muito da palavra, principalmente, responsabilidade. A responsabilidade ela me lembra que necessariamente todo direito existe um dever e de todo dever nasce uma responsabilidade.

A Constituição estabelece lá no art. 227, um ordem, um tripé de pessoas que são responsáveis para atuarem em prol de crianças e adolescentes. Que são responsáveis para agirem em prol de crianças e adolescentes.

Quando nós indagamos a qualquer um, quem é o responsável? Normalmente, invariavelmente eu escuto: “ Ah! Família e o Estado. Agora, o Estado não faz nada também, não é Dr? O Estado tem que fazer”.

Quando nós olhamos a 227 o observamos qual é o tripé estabelecido, a Constituição estabelece que o primeiro responsável é a família, depois a sociedade. E, então, o Estado. Se a família erra, se a família não está preparada para assumir a paternidade, a maternidade daquela criança, se a família não está preparada para ter aquele filho, nós enquanto sociedade devemos estar preparados. Nós enquanto sociedade devemos estar aptos para desenvolver ações para suprir aquela falta daquela família. Nós enquanto sociedade quando falhamos e omitimos e aguardamos apenas a atuação dos Estado, somos tão omissos quanto aquela família que coloca...

...s/cms...

0505au029.cms

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABOIA RIBEIRO – ...apenas a atuação do Estado, somos tão omissos quanto aquela família que coloca aquela criança em situação de, ou na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

rua, que coloca aquela criança em situação de risco. Nós, enquanto sociedade deixamos, então, de cumprir aquela determinação que é constitucional.

Vejam, depois de 88, em 1990, veio o ECA e no art. 4º do ECA, o ECA depois desse tripé estabelece um quarteto porque antes do Estado, o ECA estabelece que também é responsável pelas crianças e adolescentes para tratar com prioridade absoluta, para proteção integral, para verificar sempre o melhor interesse, a comunidade. Então, está lá: família, comunidade, sociedade e Estado. E por que é que eu enxergo essa diferenciação de comunidade e sociedade, principalmente, no ECA?

Os conselheiros tutelares que foram eleitos em outubro do ano passado, em 2015, foram eleitos por comunidades. Foram eleitos pelo bairro, pela associação de bairro e pelo clube de serviços que apóia aquela pessoa para ser conselheiro tutelar. Os conselheiros tutelares necessitam ser apoiados em todos os nossos municípios, infelizmente, nós verificamos municípios onde os Conselhos Tutelares não funcionam como deveriam funcionar.

Eu estou falando desde o Conselho Tutelar aqui na adoção porque quando nós falamos em infância e juventude, eu penso sempre numa engrenagem. Essa engrenagem deve funcionar em todos os seus atores, toda vez que eu tenho uma falha nessa engrenagem eu vou ter uma desconformidade e toda desconformidade me gera problemas no sistema.

Pensando nisso, eu gostaria também de passar alguns dados aos senhores, hoje aqui em Mato Grosso nós temos seiscentas e oito crianças acolhidas. Hoje, setenta e seis nos nossos sistemas, no Sistema do CNJ, estão aptas a adoção; e temos setenta e oito instituições de acolhimento e temos setecentos pretendentes. Chama-nos, então, a atenção, o volume de pretendentes que nós temos em relação ao volume de crianças que em tese estão aptas à adoção. Eu digo em tese porque o Valdinei foi muito feliz, durante este ano e o ano passado nós tentamos fazer um trabalho de checagem de alguns dados e verificamos uma série de dados que não batem.

Não batem e eu serei muito sincero, aí o Poder Judiciário tem a sua *mea-culpa*, muitas vezes, nós não exigimos de modo correto o lançamento daquela ficha de acolhimento nas instituições que acolhem; muitas vezes, não expedimos a guia de desacolhimento quando há o desacolhimento; muitas vezes, o serviço na vara está ali tumultuado em razão das inúmeras atribuições que o magistrado de primeira entrância...

...s/dmm...

0505au30.DMM

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO – ... o magistrado de primeira entrância possui, do número reduzido que ele possui e aí a alimentação dos sistemas ficam prejudicados. Então, eu acredito que a infância e a juventude deve ser, sim, repensada em nossas unidades, principalmente com relação à priorização dessas crianças.

É muito triste quando eu vejo que eu não consigo resolver, que nós, Estado, Judiciário, Executivo e Legislativo, como um todo, nós não conseguimos resolver o problema e a questão da adoção de setenta, menos de cem crianças. É de se pensar que sociedade é essa, que Estado é esse, que Executivo, que Judiciário, que Legislativo é esse que nós não conseguimos, estamos aqui reunidos em quase cem pessoas, hoje à tarde, quiçá estaremos reunidos em quase trezentas, somos um Estado de quase dois milhões de eleitores e nós não conseguimos dar família para setenta e oito crianças. Setenta e seis crianças. É algo que precisa nos incomodar diariamente. É

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

algo que precisa... todo dia eu deitar na cama e falar: meu Deus, alguma coisa está errada! Alguma coisa eu preciso fazer de diferente. E pensando em precisar fazer diferente, os grupos de apoio e a AMPARA, a Suzana, a Desembargadora Maria Erotides, a Corregedoria, nós defendemos um aspecto que para mim também é caro. Laços de sangue não garantem efetividade. Laços de sangue verdadeiramente não garantem afeto, não garantem formação de famílias.

Eu digo isso porque sou sabedor, é óbvio, que a adoção pelo ECA é a última opção, o ECA privilegia a família natural, a família extensa, na impossibilidade da família natural, da família extensa, aí nós temos as modalidades de tutela, guarda e adoção, lembrando a adoção internacional ainda seria a última, depois da adoção doméstica. É óbvio que o ECA, então, privilegia, sim, os laços consanguíneos. Eu acredito que a sociedade deve começar a debater. Não é crível que um tio que nunca viu uma criança e mora em outro Estado, como a Suzana colocou, tenha preferência em receber uma criança, ao invés de uma família que reside naquela comunidade onde ele reside e que deseja adotar aquela criança...

...S/BEL

0505au31.bel

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO – naquela comunidade onde ele reside e que deseja adotar aquela criança.

Veja a Constituição o ECA a atual lei da primeira infância a LOAs, diversos dispositivos estabelecem como direito da criança e do adolescente o direito a convivência familiar e comunitária. Não é dito o direito a convivência familiar na família natural. Direito a convivência familiar e comunitária.

Então, se o tenho uma família que deseja adotar, que deseja garantir aquele direito a convivência comunitária aquela criança, porque não?

Na Comarca de Cuiabá existe uma experiência bem interessante onde através da Equipe Técnica quando se faz uma avaliação da impossibilidade desde o início da familiar natural receber aquela criança da concessão de tutelas antecipadas. Onde aquela criança ou aquele adolescente acolhido desde o início ele já é entregue na modalidade de guarda a um pretendente a adoção.

É óbvio que essa pratica nós podemos ter diversos problemas, mas é uma tentativa de garantir aquilo que o ECA estabelece, excepcionalidade da criança acolhida, transitoriedade o que mais dificulta hoje a adoção é uma criança que chega no lar aos três volta para a família aos quatro volta para o lar aos cinco volta para a família aos sete volta para o lar aos nove aos onze eu destituo o poder familiar dele e aí eu já não tenho mais muito perspectiva de adoção dessa criança, porque nós sabemos que o perfil dos pretendente a adoção e isso eu fiz questão de dar uma puxada hoje eu tenho cinquenta e seis por cento dos pretendente a adoção em todo o Brasil que querem crianças até três anos de idade, na grande maioria desejam crianças brancas, em Mato Grosso vinte e três vírgula cinquenta e oito apenas são brancas, as demais crianças acolhidas são negras, indígenas, amarelas, são pardas, eu tenho um estado de miscigenação muito forte. E aí esse vai e volta muitas vezes ou eu não tenho culpa é o que todas as instituições colocam impede que essa criança seja adotada, porque essa adotada porque essa criança já virou adolescente seja adotada.

Fazer a mesma coisa igual não nos vai trazer resultados diferentes. Precisamos pensar soluções diferentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Dr. José Antônio a convite da Corregedoria escreveu um artigo justamente sobre essa possibilidade dessa tutela antecipada dessa pratica que vem ...s/lcb

0505au32.lcb

O SR. LUIZ OTÁVIO SABOIA -...essa possibilidade dessa tutela antecipada, dessa prática que vem sendo adotada com algum êxito aqui em Cuiabá. Eu sugiro a todos o acesso, me deram mais um minuto só para falar, então vou ter que falar meio rápido. Sugiro aqui o acesso a todos à revista do ENCOJE, que foi realizado em março, onde essa prática foi apresentada e onde a corregedoria pretende fazer uma difusão maior dessa prática. É obvio que tem que haver uma interlocução com os membros do Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, uma interlocução muito forte com as equipes interdisciplinares com relação a laudos iniciais que dê algum respaldo ao magistrado.

Eu me preocupo, e aí eu vou me estender com autorização da Mesa, se a Mesa me autoriza, só em alguns outros aspectos que eu só pontuei aqui enquanto nós estávamos ouvindo.

Adolescentes e crianças com necessidades especiais. E aí eu sou fã da ideia da Suzana, do passaporte da saúde. Fica aí a... Eu acredito que é possível sim, Deputado, construir uma legislação seja de garantia de respaldo para as empresas de convênio de saúde, para que nós façamos a garantia do tratamento de saúde a essas crianças com necessidade especial. E a reflexão que eu sempre faço é o seguinte: A criança ou o adolescente quando ele está no lar, alguém duvida que o Estado deva fornecer todo atendimento médico aquela criança ou aquele adolescente? Ou o Estado vai deixar aquele neuropata, aquela criança que tem hidrocefalia parcial ou, então, paralisia cerebral, vai deixar aquela criança sem atendimento médico? Não! Nossas crianças têm atendimentos médicos em nossas unidades de acolhimento atualmente. Por que quando elas são adotadas, elas vão deixar de receber esse atendimento médico? Qual é a lógica perversa disso? A lógica é: “ Não, então, eu não vou adotar mas vou ficar visitando essa criança porque lá ela tem tratamento médico e na minha casa ela não terá”. Ou seja, eu, enquanto Estado, necessariamente violo o direito dela, a convivência familiar e comunitária.

A mim, o custo social como um todo colocou o Valdiney, o Valdiney colocou de forma muito clara aqui, é evidente. E a garantia, se nós não temos lei, aí fica uma provocação aos meus colegas magistrados: Vamos impor por determinação judicial. Mas vamos obrigar. Vamos estabelecer essa obrigatoriedade. O que eu não posso é desestimular a adoção de crianças que possuem algum tipo de necessidade...

...s/cms...

0505au033.cms

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABOIA RIBEIRO – ...de crianças que possuem algum tipo de necessidade, que tem alguma enfermidade, em razão dela não ter garantido após a adoção uma *home care*, após a adoção ela não ter garantido um tratamento de fisioterapia como ela já possui hoje na unidade de acolhimento.

Visibilidade, ontem, na discussão com a Suzana, a Dr^a Suzana lembrou um ditado que todos nós falamos “quem não é visto não é lembrado”, as nossas crianças não são vistas. Eu me penitencio em relação a isso, nós não apresentamos à sociedade as nossas crianças. Não apresentar como um produto numa loja onde eu vou a um shopping e digo: eu quero aquela branca

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

com o olhinho daquela morena e o cabelo daquela loira. Não é isso. Mas, é demonstrar para a sociedade que esse público existe.

Hoje, essas crianças, sejam as crianças acolhidas, sejam os nossos adolescentes em unidades sócioeducativa, são invisíveis. Nós preferimos muitas vezes não enxergar aquele adolescente, principalmente, o adolescente em conflito com a lei porque ele matou, porque ele estuprou e porque ele roubou. Hoje se discute a redução da maioridade, se nós pudéssemos pena de morte, eu tenho certeza que, talvez, a grande maioria da sociedade, “não, vamos apoiar a pena de morte, o que quer que seja para esse adolescente”, porque não se deseja enxergar essas crianças e esses adolescentes.

A invisibilidade dessas pessoas, desses seres que são pessoas, são seres, todos nós dizemos hoje o ECA estabelece que criança e adolescente são sujeitos de direitos, todos esses sujeitos de direitos necessitam ser enxergados, necessita ser vistos.

Chamou-se a atenção um projeto que a Dr^a Suzana colocou, do Esporte Clube de Recife, Adote um pequeno torcedor. Ontem, mesmo à noite eu já dei uma consultada no site, onde o Clube Esporte de Recife, ele apresenta as crianças de Recife que já possuem uma idade avançada para adoção, em todo jogo do Clube Esporte essas crianças entram com os jogadores. A sociedade as enxerga, antes do jogo existe um vídeo apresentando essas crianças para a sociedade. A sociedade, como eu vou amar sem conhecer? Se a adoção é ato de amor, eu preciso antes de tudo conhecer.

Alimentação, eu irei encerrar aqui embora eu tinha anotado alguns pontos aqui, eu gosto de um texto de um sujeito...

...s/dmm...

0505au34.DMM

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABÓIA RIBEIRO –...eu gosto de um texto de um sujeito chamado Ralph Waldo Emerson, que ele me indaga sempre o que é sucesso. Eu acho que nós estamos reunidos aqui e temos possibilidade de sucesso em várias frentes. E ele me coloca assim: “O que é sucesso?

Rir muito e com frequência; ganhar o respeito de pessoas inteligentes e o afeto das crianças; merecer a consideração de críticos honestos e suportar a traição de falsos amigos; apreciar a beleza, encontrar o melhor nos outros; deixar o mundo um pouco melhor, seja por uma saudável criança, um canteiro de jardim ou uma redimida condição social; saber que ao menos uma vida respirou mais fácil porque você viveu. Isso é ter tido sucesso.”

Nós todos podemos ser pessoas de sucesso, nós todos, aqui reunidos, Estado, sociedade e família, podemos fazer com que várias crianças respirem melhor, vivam melhor porque nós existimos. Algumas pessoas passam pelo mundo e eu acredito que todos aqueles que se dispuseram a comparecer nesta Audiência Pública, no dia de hoje, estão aqui porque desejam transformar o mundo. Então, no dia de hoje, na manhã de hoje, fica aqui a minha reflexão.

A Lindacir está me lembrando aqui que vários técnicos ainda não sabem que o Seminário de hoje vai ser no Plenário 1, lá no Tribunal de Justiça. Então, fica aqui o alerta que o Seminário que seria no Fórum de Cuiabá, será no Tribunal de Justiça, no Plenário 1.

Muito obrigado, desculpe-me ter estendido em meu tempo. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Convido para fazer uso da palavra, a Dr^a Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto, Juíza da Comarca de Primavera do Leste, que dispõe de três minutos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

A SR^a ALINE LUCIANE RIBEIRO VIANA QUINTO – Bom dia a todos!

Cumprimento a mesa em nome do Deputado Wancley Carvalho; do Dr. Sabóia, que está representando a Corregedora de Justiça, Desembargadora Maria Erotides; a Lindacir, Presidente amorosa da AMPARA; e também da Dr^a Ana Medeiros, que é a Promotora que trabalha comigo e que está aqui, hoje.

Eu gostaria de falar um pouco em nome dos juízes do interior, eu acho que eu posso falar em nome dos colegas, sobre a nossa angústia, especialmente ao curso de preparação para os adotantes, que é uma exigência legal e que nós, no ano passado, conseguimos viabilizar em Primavera do Leste, em julho, com uma parceria do Município...

...S/BEL

0505au35.bel

A SR^a ALINE LUCIANE RIBEIRO VIANA QUINTO – Primavera do Leste, em julho, com uma parceria do Município de Primavera do Leste que é bastante atuante bem parceiro, e foi o primeiro curso de adoção, embora a 1^a Vara da qual eu sou titular lá seja uma Vara de Infância e Juventude e família e sucessões uma competência quase que privativa. Sendo que nos demais colegas do interior eu vou fazer doze anos de magistratura trabalham que quase que sempre em Varas únicas. Que tem toda competência criminal, civil, ambiental, fazenda pública além da infância e juventude.

Todos os juízes são bastante cientes por causa das orientações da Corregedoria especialmente a Desembargadora Maria Erotides, que é uma pessoa muito humana, muito voltada para a adoção, muito próxima para Lindacir, inclusive, temos plena consciência da prioridade absoluta dos processos que envolvem crianças e adolescentes especialmente acolhidos.

Então, eu posso garantir que nós temos trabalhado diuturnamente com essa prioridade, prioridade absoluta. Então, ação de destituição de poder familiar, as ações de retorno para o lar, convivência para o lar, vamos tentar novamente.

Em Primavera do Leste nós fazemos reuniões com CREAs, CRAS, a Dr^a Ana, faz muitas reuniões também.

Então, o processo que é burocrático sim, o senhor mencionou Secretário, que muitas vezes não entende a dificuldade e eu no ano passado trabalhando em uma panfletagem lá em Primavera do Leste numa das principais avenidas no dia nacional da adoção ... eu parava os carros junto com o pessoal da fiscalização servidores para entregarmos o panfleto da adoção e as pessoas faziam inúmeras perguntas que precisariam de um espaço como este para responder. Eu não tinha como responder ali no trânsito. Sabe, olha! tem uma criança na minha família que a mãe não cuidou o que eu faço? O demora demais.

Então, havia uma certa reclamação e a pessoa ia embora.

Então, eu sinto que existem dois grandes vãos que precisam ser preenchidos pelo menos a nossa experiência em Primavera do Leste. O primeiro é? Fazer Audiências Públicas ou outro tipo de informação para a sociedade sobre como é que funciona a adoção. Porque qual o processo legal da adoção, porque ele leva um certo tempo. Sobre o direito a ampla defesa dos pais biólogos, da família, sobre essa busca que o Dr. Sabóia, falou para a família substituta que nos angustia também, muitas vezes essas dúvidas que o Dr. Sabóia disse nós discutimos todos os dias, não é Dr^a Ana, será que é melhor ele ir para essa família para esse tio que não tem vínculo, enfim, nós temos vários recursos que trata disso. Em Primavera do Leste mesmo eu acho que nós temos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

cerca de seis ou sete sentenças de destituição de poder familiar que estão em recurso no Tribunal de Justiça às crianças estão acolhidas aguardando decisão final, mas esclarecer para a sociedade que a importância dessa ação responder, atender esses preceitos do devido processo legal ...s/lcb

0505au36.lcb

A SR^a ALINE LUCIANE RIBEIRO VIANA QUINTO -...a importância dessa ação responder, atender esses preceitos do devido processo legal são formas de garantia em primeiramente da segurança daquela criança e adolescentes, porque é necessário ter um processo.

Segundo, a orientação aos hospitais que a Dr^a Ana tem feito em Primavera do Leste também, para que eles vendo a situação de vulnerabilidade da criança, já indaguem aquela mãe se ela não vai querer exercer a maternidade, ela não tem o direito de escolher a família para quem ela vai doar a criança, não é um objeto, isso precisa ser passado pela vara da infância e juventude.

Então, eu acredito que nós precisamos trabalhar, e nós, eu digo nós Juízes inclusive, eu acho que Ministério Público, Secretaria de Ação Social e Poder Judiciário também, nessa conscientização da sociedade.

Em segundo plano, dizer que depois que a Lindacir se disponibilizou com a equipe dela, foi quase um parto para conseguir a data do pessoal da AMPARA, para o município aceitar também pagar a estada das meninas, nós não temos recursos para isso. Mas elas foram, foi um sexta-feira e um sábado em julho do ano passado, eu e a Dr^a Ana fizemos o curso também, e eu acho que foi uma era nova, era pós –curso da AMPARA para todos os habilitados á adoção em Primavera do Leste.

Foi excelente. Depois disso os casais que nós recebemos, ou casais, ou pessoas sozinhas que estavam adotando, que nós recebemos em Audiência para tratar da adoção, instrução, enfim, ou para regularizar situações de fato que já vinham de muitos anos de acolhimento efetivo, essas pessoas mudaram, elas entenderam o processo da adoção. Elas entenderam que adoção não é um ato de caridade. Elas entenderam que adoção é uma ação de amor para quem tem amor para dar. Os índices de devolução são zero em Primavera do Leste, não existe.

Então, eu percebo que é muito importante e também foi muito importante muitas coisas que foram ditas nesse curso. Para mim, eu aprendi muito, quer dizer, eu tecnicamente conheço bastante o processo judicial, todos; o de destituição, o de guarda, o do curador, de algum outro motivo que seja que criança saia da sua família natural ou saia de alguma situação de risco. Mas eu também me angustio muitas vezes com alguns pontos. Um dos pontos que a Lindacir mencionou lá foi sobre quando os pais são usuários de entorpecentes. Qual é o tempo que devemos dar para esses pais poderem se recuperar dessa situação e talvez melhorar como a Suzana falou. O tempo é hoje. Eles não podem esperar. E quanto tempo eu tenho que aguardar?

Então, nós juízes, eu falo por mim, eu tenho enumeras dificuldades para lhe dar com isso. Eu preciso de uma pessoa preparada ou de um grupo de apoio preparado para isso. Depois que a equipe da AMPARA saiu de lá, a nossa equipe técnica, as meninas estão aqui, formou um grupo enorme de voluntários em Primavera do Leste...

...s/cms...

0505au037.cms

A SR^a ALINE LUCIANE RIBEIRO VIANA QUINTO – ...formou um grupo enorme de voluntários em Primavera do Leste. Eu sou privilegiada, moro numa cidade que as

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

peessoas são extremamente solidárias e participativas, para iniciar o grupo de apoio, aí nós emperramos, não é, Dr^a Ana? Nós não sabemos dar continuidade porque nós precisamos de um grupo como a AMPARA, por exemplo, para formar, capacitar, essas pessoas que vão dar continuidade ao grupo de apoio lá. Eu queria dizer que, inclusive, teve um dos casais que não pode comparecer no curso da AMPARA, depois eu e a Dr^a Ana encaminhamos eles para Cuiabá e falamos: olha, se vocês não fizerem o curso, vocês não vão poder adotar. Quer dizer, as dificuldades financeiras deles são enormes, eles deram um jeito de vir para Cuiabá e fazer o curso. Nós ligamos para Lindacir: que dia tem o curso? Eu sei que depois do curso, na segunda-feira, levaram o certificado lá no fórum. Mas, isso é desumano até, não é? Eles terem que se deslocar.

Em todos os anos, em todas as comarcas que eu já passei, eu fui Juíza da Infância nos últimos doze anos, foi o primeiro curso preparatório para pretendentes à adoção que eu assisti. Eu não vi em nenhuma outra comarca!

Então, eu gostaria de sugerir, Dr. Saboia, que dentro dessa parceria que já existe do Poder Judiciário de Mato Grosso com a AMPARA que é excelente, nós pudéssemos formar uma espécie de calendário para que a AMPARA pudesse comparecer nessas comarcas e nós pudéssemos multiplicar, criar multiplicadores, criar pessoas capacitadas para dar continuidade não só a capacitação dos pretendentes a adoção, mas a capacitação de multiplicadores do grupo porque isso também amplia muito o hall de condições que as pessoas aceitam para adotar.

Depois que a AMPARA foi lá, por exemplo, sábado terminou o curso, segunda-feira várias pessoas foram ao fórum para aumentar a idade da criança que aceitaria a adotar. Houve, no ano passado, o tema do Dia da Adoção foi Adoção de Pessoas Especiais.

Nós queremos tanto trabalhar esse tema, mas que elementos eu tenho para tratar disso? Mas, eu sei que Lindacir tem. Eu sei que a Lindacir consegue convencer pessoas, ela emocionou todo mundo lá, ela consegue, ela tem esse preparo, ela trabalha, como diz o Saboia, vinte e sete horas por dia com isso.

Então, Lindacir, eu queria pedir, se você tiver como fazer isso, que você volte, nós estamos carentes de você em Primavera do Leste. Os outros colegas se tiverem a visita da AMPARA é uma coisa que ajuda muito diminuir essa conta de tantos pretendentes, de tantas crianças e a conta não fecha. É isso, muito obrigada (PALMAS).

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABOIA RIBEIRO – Só fazendo um adendo, já existe um termo de cooperação entre o Tribunal de Justiça e a AMPARA, visando justamente a ampliação...
...s/dmm...

0505au38.dmm

O SR. LUIZ OCTÁVIO OLIVEIRA SABOIA RIBEIRO -...já existe um Termo de Cooperação entre o Tribunal de Justiça e a AMPARA, visando justamente a ampliação da parceria que hoje nós temos ela mais ou menos restrita a Cuiabá e Várzea Grande, aqui na Baixada Cuiabana. Esse Termo, hoje, é gerido pela Presidência e não pela Corregedoria do Tribunal. Então, a administração do Desembargador Paulo Lessa está cuidando disso, mas está cuidando com carinho, nós estamos que está na TJL, porque como é um convênio que envolve alguns repasses, algum apoio, então a Presidência que cuida necessariamente dessa ampliação do convênio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Já existe, além de Primavera do Leste, eu estava conversando com a Lindacir, porque nós sabemos que já existe. Então, o mesmo trabalho que foi feito em Primavera do Leste tem em Poconé, tem em Diamantino, foi feito em Sorriso. Nessas três Comarcas, em Várzea Grande. Então, fica aí, principalmente aos colegas magistrados e às equipes técnicas, a possibilidade de, de repente, contactar a AMPARA, estabelecer de repente algum calendário e aquilo que for possível, que a Corregedoria auxilia e disponibiliza, nós tentamos auxiliar e disponibilizar.

Hoje, existe um Termo de Cooperação que está sendo construído entre a AMPARA e Presidência do Tribunal de Justiça para ampliação dessa atuação aqui em Cuiabá, a exemplo do que foi feito lá em Primavera do Leste. E é muito bom quando nós temos esse tipo de testemunho, porque são iniciativas que parece que estão dando certo, que parece que estão funcionando.

Era só isso.

A SR^a SUZANA SOFIA MOELLER SCHETTINI – Achei maravilhoso o depoimento da doutora, é exatamente isso que eu estava dizendo quando eu falei interiorização. Eu não sei exatamente como funciona aqui no Mato Grosso, mas em Pernambuco nós temos exatamente as mesmas dificuldades e a nossa coordenadoria, capitaneada pelo Dr. Luiz Carlos de Barros Figueiredo, que vocês conhecem, Coordenador da Infância, pai adotivo, conhecedor da importância do trabalho dos GAADs, lá setorizado o Estado em cidades pólos. Então, Pernambuco foi dividido em oito cidades pólos e nós estamos em um calendário, nos começamos lá com o GAAD, Recife, assim como a AMPARA, nós estamos gradativamente inaugurando Grupos de Apoio à Adoção nessas cidades pólos. Então, hoje nós tínhamos quatro, antigamente éramos só um. Leva um tempinho, mas nós conseguimos. Os trabalhadores são poucos, nós fazemos um trabalho voluntário, mas nós conseguimos.

Achei maravilhoso o depoimento dela e ela tinha que falar mesmo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Convido a Amábili Leite Coimbra, do Projeto Nossa Casa, para fazer a sua pergunta, deixar a sua posição. A senhora dispõe de três minutos.

Ela é a última inscrita, após a resposta a ela, nós encerraremos esta Audiência...

...S/BEL

0505AU39.BEL

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) - ... ela é a última inscrita, após a fala dela e a resposta a ela, nós encerraremos esta Audiência Pública.

A SR^a AMÁBILILE LEITE COIMBRA – Eu sou Amábile Coimbra, Coordenadora do Projeto Nossa Casa uma instituição que tem vinte anos de serviços prestados a comunidade e a sociedade cuiabana.

Eu já estou desde 2003 quando comecei este trabalho no lar da criança como Coordenadora também e há onze anos estou no Projeto Nossa Casa.

Eu fiquei muito feliz com a fala da doutora que me antecedeu, porque antigamente nós não tínhamos nem acesso e nem via Juiz. Hoje nós já estamos bem, ouvindo uma juíza como ela falou. Isso me alegra, porque é muito difícil mesmo nós que estamos na ponta, e eu queria aqui não me esquecer de algumas coisas que eu tinha que falar, principalmente, porque eu acho que nenhum

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

de vocês tem noção do que é estar na ponta. Na ponta é o último que fala e o primeiro que apanha. Aquele que tem que obedecer a tudo e a todos e não tem direito o direito é de ficar calado.

Então, eu estou à frente de instituição há muitos anos, sou professora, mas aprendi e agora tive que buscar mais conhecimento e estou fazendo já uma formação em psicanálise que tem me ajudado bastante, porque eu adoro comportamento humano, principalmente o comportamento de crianças e adolescentes.

Então, eu chamo atenção aqui principalmente da Lindacir, eu conheço a Lindacir, desde a SEJA, e a Lindacir, é uma das poucas pessoas que não fica só no discurso. Infelizmente este País tem muitas leis, não precisa mais de nenhuma eu acredito, mas é muito discurso e pouca pratica.

Então, nós somos ONGs, o Projeto nossa Casa é uma ONGs que desde 1997 que existe e até hoje infelizmente ainda vive praticamente de pires nas mãos, dependendo as vezes da caridade de muitas pessoas porque nós temos um convênio, porque antigamente para que vocês entendam antigamente você levava um ofício para um empresário e eu já fui pessoalmente com o Dr. José Antônio, que é um homem que eu admiro muito porque ele sempre esteve ao meu lado e nós tivemos que apoiar um no outro mais ou menos, nós fomos pessoalmente eu me lembro em um empresário de Cuiabá levar um ofício e ouvimos do empresários/lcb

0505au40.lcb

A SR^a AMÁBILE LEITE COIMBRA -...nós fomos pessoalmente, eu me lembro, em um empresário de Cuiabá, levar um ofício, e ouvimos do empresário: “ Você sabe quanto que eu pago de imposto”? E aí eu já fiquei quieta e deixei o Dr. José Antônio falar. Enfim, nós nunca conseguimos muita coisa, porque nós não precisamos demandar aqui como é a lei desse país, vocês conhecem muito melhor do que eu.

Então, eu chamo atenção para a Lindacir que é uma pessoa aqui, também aprendi muito, porque ela é a mãe, eu sou a madrastra. Então, ela realmente busca ajudar o que é mais importante, gente, criar a rede que funciona, porque rede de proteção furada como nós temos também não adianta. Então nós tínhamos que ter casas com perfil.

Eu muitas vezes tive que acolher menino que não tem o perfil da minha casa. Mas aí eu misturo o menino de doze anos, porque eu trabalho com adolescentes do sexo masculino de 12 a 18 anos. Eu misturo menino de 12 anos que estava tendo maus tratos com um de 17 anos que já é infrator às vezes. Nada contra o infrator, mas eu acho que cada caso é um caso, e tem que ser tratado assim.

Então, nós temos aqui o exemplo do Emerson que convivi com ele, porque já estou 11 anos no Projeto Nossa Casa, e foi um menino que deu certo. Mas não é só o Emerson que deu certo. Viu, gente? Se fizermos hoje um levantamento, eu com certeza digo para vocês que pelo menos 60, 70% dos adolescentes que passaram pelo Projeto Nossa Casa deram certo. Infelizmente, não viraram assim, a maioria... o Emerson acho que está na faculdade, já saiu, já voltou, aquele negócio, mas muitos já, inclusive, tem nível superior e estiveram na instituição.

Eu tenho ouvido aqui desde o início todo mundo falando que eles precisam de uma apoio. Mas, Dr. Luiz Otávio Saboia, a instituição precisa de apoio. Secretário Valdiney, a instituição precisa de apoio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu sou coordenadora de uma instituição, eu estava apavorando alí a Lindacir, porque eu tenho um monte de coisas para fazer, e na minha instituição eu tenho uma funcionária que trabalha até o meio dia, que é administrativo, um orientador que nós chamamos de orientador, uma cozinheira e um professor de reforço que eu tenho que fazer a maior correria do mundo para pagar porque eu não tenho um projeto. O último projeto que foi aprovado pelo CMDCA já faz três anos, e de lá para cá eu não consegui nem um real para pagar outras pessoas que estão nesse apoio.

Então, a instituição também precisa de apoio.

E a Lindacir já vem falando há algum tempo: “ Amábile, por que você não cuida desse pessoal de...
...s/cms...

0505au041.cms

A SR^a AMÁBILE LEITE COIMBRA – ...“Amábile, por que você não cuida desse pessoal de dezoito a vinte e um?” Eu falei: você está de brincadeira comigo? Eu já não estou aguentando nem até os dezoito, ainda vou pegar os de vinte e um? De dezoito, dezenove, vinte e vinte e um?

E agora tem mais, não é, doutora? Adolescente diz que até vinte e quatro, agora. Agora nós estamos mortos. Mas, enfim, eu gostaria de chamar a atenção do Secretário que ainda não tive o privilégio de conversar com ele, a minha ligação direta é com o Dr. José Rodrigues, que é Secretário da SMASDH-*Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Humano*, nós tínhamos até dois anos uma parceria com a Secretaria de Estado e foi cortada. Foi cortada e eu já lutei, já mandei recado, já mandei e-mail, já mandei ofício e não conseguimos retomar a partir da gestão do Sr. Pedro Taques.

Sei que não é diretamente com o senhor, Secretário, mas eu gostaria de um apoio maior, porque não é porque somos ONG... é pior ser ONG, não é? Se você é do município você pode exigir algumas coisas. Se você é ONG você ouve de todo mundo que você tem que andar com as suas pernas. Mas, e aí? As pernas estão quebradas o que é que nós vamos fazer?

Então, nós precisamos de um apoio, às vezes, um funcionário! Tudo é pago pela ONG. E nós temos, eu vou falar para vocês, quem quiser pode ir lá conhecer e ver. Nós temos um convênio de quinze mil que a Prefeitura passa para nós. Quinze mil reais! E um outro convênio que é federal, repassado também pela Secretaria de Assistência Social, passou agora para dez mil, era quatro mil e passou para dez mil e só serve para consumo. Eu não tinha nem psicólogo até pouco tempo atrás! Nada. Realmente, era fundo de quintal. E tem mais uma coisa importante, é a única instituição que tem nesta cidade de doze a dezoito anos para meninos. A única.

Então, é assim, me desculpe o desabafo, os senhores principalmente, mas eu gostaria de estreitar os laços com o Secretário, não precisa ser dinheiro, não. Não precisa ser dinheiro. Pode ser parceria co carne, pode ser parceria com leite, pode ser parceria com funcionário, pode ser ajuda, é isso que nós buscamos, porque enquanto nós não temos tudo isso que é bonito na lei, quem cuida do adolescente e da criança, é a instituição. E, a instituição não tem o apoio nem do poder público porque como ONG menos ainda, às vezes, nem do juiz e nem... Então, nós ficamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

realmente... É complicado. Nós fazemos uma gestão e aí vem o pessoal de Brasília, ou daqui mesmo, vai lá para fazer inspeção, eu falo...

...s/dmm...

0505au42.dmm

A SR^a AMÁBILI LEITE COIMBRA -... ou daqui mesmo, vai lá para fazer inspeção, eu falo para o Dr. José Antônio que se eu tiver que cumprir tudo isso aqui, nós vamos ter que fechar, meu irmão! Vamos ter que fechar.

Na verdade, eu gostaria muito - eu vou sonhar junto com a doutora - que nós tivéssemos saindo de uma família que não tem condições, porque o mais importante para você cuidar das pessoas não é realmente ter laços, mas é ter amor, e eu também não sei por que eu estou lá até hoje, mas alguém já me disse que era uma missão. Eu não acredito, acredito que eu estou lá porque eu tenho um salário, Dr. Sabóia, eu tenho um salário, eu sou funcionária do Estado, sou professora da SEDUC e estou cedida para a instituição há pouco tempo, trabalhei muito tempo no Complexo POMERI e sempre gostei de adolescentes, imaginam, é aquele que - como dizia a minha mãe - bate com uma e alisa com outra. Trabalhei no POMERI e aí eu ficava meio período dando aula e meio período na Instituição. Eu não estava dando conta. Até que um dia eu perguntei para a Dr^a Cleuci Terezinha Chagas, à época minha Juíza, ela olhou no meu olho e falou: "Você tem certeza que é isso que você quer?" Eu falei: tenho, doutora! A partir daí então o Dr. José Antônio me apoiou e consegui ficar cedida para a Instituição. Ano passado quase que eu tive que voltar para a escola, porque foi um can-can para eu conseguir a bendita liberação. Porque é assim, neste país é tudo burocrático, é tudo difícil, não tem ninguém para ir lá. É como o Dr. Sabóia disse, eu gostei da sua fala porque o senhor falou assim: "Eu fico preocupado porque eu gostaria de saber o que é que está acontecendo lá...". Mas pelo amor de Deus, nós temos que saber, temos que saber a realidade para não ficar tudo no papel, no discurso e nós não temos...

Eu estava conversando com o Émerson e ele me disse: "Tia Amábili, eu saí de lá já tem, quase dez, Émerson, brincadeira, tem uns dois ou três anos que ele saiu, ele falou: está tudo do mesmo jeito?" Eu falei: meu filho, mudou, coisa de 10 ou 2%, porque na época dele nós não tínhamos nem carro, nem assistente social e nem psicólogo. Às vezes nós tínhamos uma voluntária. Mas voluntária, gente, não é uma coisa para sempre. Voluntária é uma coisa que dá hoje, porque faz mais bem a quem está fazendo do que a quem está recebendo, mas a vontade passa rápido.

Eu já tenho que terminar, eu pensei que eu iria ser rápida, mas eu não consegui parar de falar.

Eu gostaria aqui de fazer um apelo principalmente ao nosso Secretário que eu sei que tem feito um trabalho muito bom, porque a Lindacir me falou dele, outras pessoas me falaram dele, quando muita gente começa a falar bem de nós, Secretário, já é um bom sinal. É por isso que eu gosto que falem de mim, nem que seja mal, pode falar de mim.

Eu gostaria de estreitar também com o senhor...

...S/BEL

0505au43.bel

A SR^a AMÁBILI LEITE COIMBRA - ... eu gostaria de estreitar também com o senhor, porque eu sei que pela lei eu sou vinculada, aliás, eu não sou vinculada a ninguém,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

porque ONG não é vinculada a nada. Mas, eu sou vinculada à Secretaria do Município, mas, eu tenho certeza que em alguma coisa o senhor pode nos ajudar.

Então, eu gostaria disso, continuar contando com essa mulher maravilhosa que realmente trabalha e continuar contando com as pessoas, porque assim eu também não sou lembrando, porque eu também não gosto de ser vista. Principalmente porque eu não sou muito bonita.

Mas, agradeço muito a oportunidade e espero que nós possamos realmente melhorar cada vez mais o trabalho com a criança e com o adolescente enquanto não tenhamos o que é bonito o que está escrito na lei o que é perfeito, vamos apoiar quem está na ponta.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA – Só para esclarecer bem objetivamente as instituições hoje de acolhimento da criança e do adolescente ela é de competência dos municípios, ela não é de competência do Estado.

No caso do município especificamente no caso e pode ocorrer em outros casos em outros municípios, quando o município faz o aceite de acolhimento há um regulamento nacional em que impôs um mecanismo de cofinanciamento e financiamento dessas casas acolhimento seja Cuiabá seja Várzea Grande.

No caso específico de Cuiabá com fez um aceite nacional se comprometeu em apoiar e instrumentalizar tantas casas aqui no município e por isso recebe como ela falou aqui do Governo Federal esse financiamento que vem para o município faz o rapasse desses recursos para a instituição. E o Governo do Estado tem o compromisso também de enviar esse recurso fundo a fundo para o Município de Cuiabá para fazer a contrapartida.

E dependendo do aceite dos serviços o Estado também faz em percentual menor, mas faz também de acordo de número de vagas abertas. Isso está sendo respeitado.

O que ela está reclamando, eu não sei quais reclamações ela pode apresentar, que o Estado pode além disso apoiar, mas quem cuida do acolhimento municipal acolhimento não é dever de um poder só, é do Executivo que no caso é do município, Secretário e do Judiciário, Tribunal de Justiça que fiscaliza essas instituições eu não sei qual o juiz que está indo lá fiscalizar, ... Dr^a. Gleide, e o Ministério Público que eu não sei ela disse que ...s/lcb

0505au44.lcb

O SR. VALDINEY ANTÔNIO DE ARRUDA –...Dr^a Gleide, e o Ministério Público, que eu não sei, ela disse que é o José Antônio. Então, se essa instituição está necessitando de aporte de apoio, isso tem que chegar ao Estado através dessas três instituições a pedido do município convalidado com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. Isso não chegou para a Secretaria do Trabalho. Mas independente disso o movimento bem acolher foi criado justamente para isso, para visitar os municípios e trabalhar no aporte na necessidade que nós poderemos aportar. Agora, não será só o Estado. Porque cada deficiência vai ser discutida com o judiciário, que é responsabilidade do judiciário, e tem o casalar que nós cuidamos aqui, eu digo que não faço tudo que eu quero lá porque tem uma Juíza que autoriza certas questões ou não, porque cabe a juíza autorizar certas situações, até o passeio quando sai fora, visitas, e tem o Promotor de Justiça também que está direto visitando, e às vezes apontando. E eu tenho um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público que estou proibido de receber crianças no lar da criança porque eu tenho que fechar o lar da criança e municipalizar. É um briga que eu estou tendo porque eu não quero fechar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Eu quero ficar com essas crianças o tempo que for necessário. Mas é um diálogo de municipalização.

Então, para vocês entenderem, existe um co-financiamento que está sendo distribuído, o Estado cumpre sim sua função de distribuir, assim como vai cumprir em quatro regionalizações, agora é preciso pedir para ela sair, mas eu pedi que ela apresente isso em conjunto com o Ministério Público, em conjunto com a Juíza quais são as ações para que nós possamos pensar em aportar e apresentar. Agora, o movimento bem acolher vai cuidar mais propriamente disso na superintendência de acolhimento, o que nós queremos é que melhore. Invariavelmente pode sim passar por aporte de recursos. Mas vou dizer com clareza: vai passar por uma remodelação e um reposicionamento de pensamento também, porque nós estamos falando em adequar o reordenamento de acolhimento no Estado de Mato Grosso a partir de um princípio do CONANDA. E nós estamos tendo dificuldade também, e vamos ter dificuldade de sensibilizar as instituições a aceitar essa nova prática e nova modalidade que vai exigir mudanças, para além de recursos terá que haver mudanças conceitual de algumas pessoas. Mas é um desafio que vamos enfrentar e vamos encarar, vamos apresentar essa proposta para todos vocês em situações como da Amábile ou de outras modalidades de acolhimento que nós conhecemos passarão por esse crivo de fortalecimento e de estudos de aprimoramento, que nem só será de recursos, pode ter certeza disso...

...s/cms...

0505au045.cms

O SR. VALDINEI ARRUDA – ...que nem só será de recurso, pode ter certeza disso. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WANCLEY CARVALHO) – Audiência Pública está cumprindo o papel do diálogo, de ouvirmos as partes para aprimorarmos.

Eu quero destacar, parabenizar e agradecer a Dr^a Lindacir Rocha, parabéns pelo trabalho, parabéns pela provocação para realizarmos esta Audiência Pública. Certamente, nós saímos, podermos aprimorar seu

Particularmente, eu quero dizer que não tivemos nenhum colega Deputado aqui presente, porque paralelo a Audiência Pública está ocorrendo a Sessão Ordinária, devido a isso não tivemos a presença de nenhum colega Deputado, mas estaremos passando todas essas questões para os colegas Deputados na Reunião do Colégio de Líderes.

Já nos colocamos à disposição para que junto com a AMPARA, Governo do Estado, Poder Judiciário, Ministério Público, enfim, todos em conjunto darmos a nossa contribuição mais efetiva para todo este trabalho.

Muito obrigado e parabéns novamente a todos envolvidos nesta luta e neste trabalho.

Dr^a Suzana, Psicóloga, sempre seja bem-vinda em nosso Estado, muito obrigado pela participação também; como também a todos da mesa; e todos que participaram desta Audiência Pública.

Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos. Muito obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER A RESPONSABILIDADE
E DESAFIOS NA PROMOÇÃO DO DIREITO À FAMÍLIA, REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO
DE 2016, ÀS 09H.

(TEXTO SEM REVISÃO)

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins.
- Revisão:

SEM REVISÃO